

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
COMITÊ PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DE ESTUDANTES DA UFMG

Belo Horizonte, 12 de junho de 2020.

Magnífica Reitora da UFMG  
Sandra Regina Goulart Almeida

Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, envio a V.Sra., em nome do Comitê Permanente de Acompanhamento de Estudantes da UFMG, o documento anexo, contendo reflexões, considerações e proposições formuladas pelas instâncias que o compõem, com o objetivo de garantir o suporte e o acompanhamento de nossos/as discentes durante a travessia desse tempo tão delicado.

É desejo deste Comitê contribuir para as discussões que terão lugar no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG em sua complexa missão de organizar e coordenar as atividades acadêmicas de nossa Universidade, durante e após a pandemia que nos afeta a todos e a todas.

Solicitamos que encaminhe, institucionalmente, o documento aos/às membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG.

Respeitosamente,

Tarcísio Mauro Vago  
Comitê Permanente de Acompanhamento de Estudantes da UFMG

**Considerações para a retomada de atividades acadêmicas**

Apresentação

“Digo: o real não está na saída nem na chegada:  
ele se dispõe pra gente é no meio da travessia.”

(Riobaldo Tatarana, em Grande Serão: Veredas,  
do ex-estudante da UFMG, o imortal Guimarães Rosa)

O Comitê Permanente de Acompanhamento de Estudantes da UFMG, criado em 19 de março de 2020 para propor procedimentos e ações específicas voltadas ao corpo discente para enfrentamento da crise sanitária provocada pelo novo coronavírus COVID-19, integrado por representantes da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), da Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão (CPAAI), da Coordenadoria de Assuntos Comunitários (CAC), da Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), do Diretório Central dos Estudantes (DCE), da Associação das Pós-Graduandas e Pós-Graduandos da UFMG (APG), do Movimento Universitário Diversidade e inclusão (MUDI) e da Associação de Moradores da Moradia Universitária (AMMU), vem, respeitosamente, apresentar ao CEPE/UFMG suas considerações e proposições para a discussão e o encaminhamento para a eventual retomada de atividades acadêmicas, especialmente quanto ao chamado “ensino remoto emergencial”.

O presente documento está organizado em duas partes. Na primeira, após a Introdução, são apresentados 10 eixos temáticos, a saber:

- Eixo 1: Flexibilização das Normas Acadêmicas durante os períodos de pandemia e pós-pandemia;
- Eixo 2: Revisão e flexibilização das normas acadêmicas dos Programas de Pós-graduação;
- Eixo 3: Promoção do acesso à internet e à equipamentos eletrônicos adequados para o ensino remoto emergencial para a comunidade de discentes, técnicos em educação e docentes da UFMG;
- Eixo 4: Adaptação do ambiente virtual e de materiais pedagógicos utilizados pela UFMG, durante o ensino remoto emergencial, para estudantes com deficiência;
- Eixo 5: Participação de representantes de estudantes nos Comitês da UFMG;
- Eixo 6: Responsabilização qualificada dos Colegiados de Graduação e dos Núcleos Docente Estruturante/NDEs;

Eixo 7: Fortalecimento da cultura institucional de escuta acadêmica na UFMG;  
Eixo 8: Fomento e ampliação da Política de Saúde Mental;  
Eixo 9: Ampliação de perspectivas pedagógicas na UFMG e parcerias com outras Universidades: oferta de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão;  
Eixo 10: Reelaboração e reestruturação da Política de Assuntos Estudantis da UFMG.

Na segunda parte estão reunidos, em suas versões originais e integrais, os documentos contendo análises e propostas oferecidas pelas instâncias da UFMG que integram o Comitê de Acompanhamento de Estudantes: da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE); da representação estudantil (DCE/APG/AMMU/MUDI); da Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão (CPAAI) e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Tais documentos, ademais, foram as fontes para a elaboração da primeira parte, com seus 10 eixos temáticos.

## **PRIMEIRA PARTE**

### **Introdução**

Já não estamos na saída. Ainda não estamos na chegada. Estamos na travessia. O real está se dispondo para a gente – para a nossa UFMG.

Inicialmente, importa reconhecer que o isolamento e o resguardo sociais constituem medidas inequívocas para o enfrentamento da pandemia em andamento no Brasil e no mundo, conforme salientam as autoridades de saúde, assim como o Comitê Central da UFMG para enfrentamento e combate ao coronavírus. Por esta razão, entende-se que a retomada e a realização de atividades acadêmicas presenciais estão descartadas neste momento, e sua futura ocorrência deverá obedecer rigidamente às normas de saúde pública.

É fato que a experiência da pandemia trouxe instabilidades e incertezas à sociedade, de modo que as instituições têm-se confrontado com novos desafios. Se por um lado abre-se a possibilidade e a oportunidade para o novo, para novas práticas sociais (incluindo as acadêmicas), por outro, surgem demandas e exigem-se adaptações em relação a processos antes tidos como estáveis.

Sob essa perspectiva é que situamos este momento de eventual retomada de atividades de ensino de graduação e de pós-graduação na UFMG, o que requer amplo debate com participação coletiva para se pensar novas formas de conduzir políticas e práticas acadêmicas, também para reconstruí-las e ressignificá-las diante do real que vai se dispondo a cada dia. Sem, contudo, retroceder em políticas e em direitos já conquistados. É o caso, por exemplo, das políticas de ações afirmativas e de inclusão que preceituam o acesso e a permanência na universidade pública de pessoas pertencentes a grupos social e historicamente invisibilizados, como negras e negros (em especial, quilombolas), indígenas; mulheres; LGBTIs; pessoas com deficiência – para quem a pandemia tende a atingir de modo mais intenso, agravando ainda mais situações de vulnerabilidade.

Circunstâncias como essas devem ser consideradas quando se começa a discutir a possibilidade de retomada de atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão em

formato não presencial – uma experiência em grande medida inédita na UFMG. Desejando oferecer contribuições, este Comitê de Acompanhamento de Estudantes elaborou e agora apresenta suas reflexões e propostas que visam a garantir o suporte e o acompanhamento de discentes da UFMG durante a... travessia.

### **Uma diferença fundamental: “educação remota emergencial” não é EaD**

No que se refere à realização de atividades acadêmicas não presenciais, um primeiro ponto a se destacar é a diferença entre educação à distância (EaD) e educação remota emergencial (ERE). HODGES et al (2020) alertam para a relevância de tal diferenciação, apontando para o histórico de discussão sobre a definição de conceitos como ensino à distância, ensino distribuído, ensino on-line, ensino móvel, dentre outros.

De modo a desenvolver tal discussão para pensá-la em relação à pandemia, o Professor da Faculdade de Educação da UFMG, Ecídio ARRUDA destaca que “atender por meio de tecnologias digitais alunos afetados pelo fechamento das escolas não é a mesma coisa que implantar Educação à Distância” (2020, p. 265), apontando para o caráter emergencial da adoção das modalidades remotas de ensino no âmbito da pandemia do novo coronavírus.

Mesmo que seja importante a diferenciação entre EaD e ERE, este Comitê não o faz no sentido de estabelecer hierarquias entre ambas – ou entre elas e o ensino presencial. Pelo contrário, entende que é preciso buscar alternativas para que, respeitado o distanciamento e o resguardo sociais, sejam implementadas medidas que, para além do cumprimento de calendários, visem a manutenção dos vínculos entre a Universidade e seus corpos docente, discente e técnico-administrativo, a continuidade da busca por uma universidade pública, diversa e de qualidade e o permanente combate às desigualdades.

A partir de tais reflexões, é importante ter em mente que o uso de ferramentas digitais não pode se restringir à reposição ou à oferta de disciplinas. De forma ampliada, é preciso pensar tais ferramentas de acordo com a vocação plena da Universidade, englobando atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, além da administração – uso que já vem sendo feito.

Vale lembrar que a comunicação digital por meio de plataformas pode ser usada – e de fato o é – não apenas para dar visibilidade aos fluxos majoritários, como também para fortalecer a manutenção de vínculos e a troca de experiências entre grupos vulneráveis e, muitas vezes, minoritários. Cabe, portanto, demandar que se implemente

um uso democrático das ferramentas digitais voltados a valorizar as diferenças e a potencializar as diversas culturas, em vez de uniformizar pensamentos, comportamentos e respostas.

Mas tal premissa já encontra obstáculos, em especial a diversidade, e mesmo a ausência, de possibilidades de acesso pleno à Internet. Se é verdade que quase todos/as temos um aparelho de telefone celular na contemporaneidade, também se faz mister pensar que as conexões se dão de maneira bastante diversa e instável, de acordo com os planos de acesso das operadoras de telefonia e com as regiões das cidades, hierarquizando bairros privilegiados em relação a vilas, a aglomerados, a comunidades, e ainda entre áreas urbanas e rurais, comunidades do campo, aldeias indígenas.

Assim, um elemento importante na construção de alternativas para a manutenção de vínculos acadêmicos e para a retomada oportuna das atividades diz respeito à ênfase na busca coletiva de soluções e de proposições que privilegiem abordagens flexíveis e transversais (não disciplinares). Para tal, é fundamental que tenham espaço todos os segmentos envolvidos nas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração, garantindo presença representativa de estudantes e de técnicos administrativos nas decisões a tomar, juntos e ao lado de professores/as. Também é preciso que essa representação considere as diferentes inserções e pertencimentos de raça/etnia, gênero e orientação sexual, classe e capacidades física e cognitiva.

Importa considerar que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão em uma dinâmica territorializada que, durante a quarentena, tende a ser familiar, dificultando o cumprimento de atividades pedagógicas de caráter individual. Um conjunto de situações que não se reduz ao problema do acesso às tecnologias de comunicação. Um exemplo, durante a quarentena, é o da mãe que cuida dos filhos, ou o filho que cuida da mãe idosa: podem ter acesso à tecnologia de ponta, sem que seja possível cumprir as atividades remotas demandadas. Ou ainda, estudantes que podem acompanhar as aulas por meio do celular, mas não conseguirão digitar trabalhos das disciplinas, ou acessar textos disponíveis nas bibliotecas das unidades. Ou também professores/as que não dominam as ferramentas digitais. São situações possíveis que apenas ilustram as muitas especificidades debatidas no âmbito deste Comitê de Acompanhamento de Estudantes e para as quais uma ‘boa prática’ pode ser a busca por alternativas coletivas, que propiciem a construção de processos que permitam a troca e a socialização, em vez da individualização da busca por solução e a redução dos processos pedagógicos aos limites do ensino.

No que tange à Pós-Graduação, convém lembrar que suas atividades não envolvem somente o desenvolvimento de pesquisas, mas também projetos de extensão e de formação em sala de aula. No entanto, no cenário atual, diversas tarefas foram paralisadas. Muitos pós-graduandos não contam com o ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e tantos mais não dispõem dos recursos materiais, como computador e internet, para realizar suas pesquisas, mesmo que de forma remota emergencial. Inúmeros trabalhos dependem da realização de entrevistas, de pesquisas de campo e da utilização de laboratórios e bibliotecas que somente o espaço da Universidade pode oferecer. Grande parte dos discentes trabalha no ambiente da UFMG, em que podem contar com essa infraestrutura, não tendo, portanto, a possibilidade de transformar sua rotina de trabalho ou adiantar etapas da pesquisa em suas casas durante o período que perdurar a quarentena.

## **Eixos de ação: considerações e proposições**

Com as ponderações até aqui expostas, e diante da indiscutível necessidade de, por um lado, manter o distanciamento e o resguardo sociais e, por outro, manter os vínculos que unem a comunidade universitária, este Comitê de Acompanhamento de Estudantes, respeitosamente, apresenta ao Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE), a sugestão de 10 eixos de ação que se coadunam com os princípios da UFMG para assegurar a continuidade da promoção de uma universidade pública, gratuita, de qualidade acadêmica com relevância social, diversa e inclusiva, que garante o acesso e a permanência discente em igualdade de condições e de oportunidades, sendo, justamente por isso, uma referência permanente para a sociedade que a sustenta.

### **Eixo 1:**

#### **Flexibilização das Normas Acadêmicas durante os períodos de pandemia e pós-pandemia**

Centralmente, é importante garantir que estudantes possam, segundo suas condições (de habitação, acesso à internet, responsabilidades domésticas e familiares, dentre outras), decidir sobre o que será possível realizar com relação ao seu percurso acadêmico tanto durante o período da pandemia, bem como nos 2 semestres subsequentes a mesma. Mesmo após a pandemia, teremos, segundo o professor de psicopatologia da USP, Christian Duke, índices muito expressivos de sofrimento mental em razão dos processos traumáticos causados pelas privações que um fenômeno pandêmico acarreta.

Sugere-se:

- que trancamentos realizados, totais ou parciais, não sejam contabilizados durante o período referido;
- que os critérios de tempo máximo de integralização e de jubramento sejam suspensos nesse recorte temporal;
- que o/a estudante possa escolher a quantidade de créditos que deseja cursar a cada semestre, sendo dispensado/a da obrigatoriedade mínima estabelecida pelas novas normas acadêmicas;
- que sejam consideradas como justificativas plausíveis para a solicitação de trancamento (parcial ou total) do semestre: dificuldades para estudar que envolvam o acesso à internet; a rotina de afazeres domésticos; o cuidado com familiares; a necessidade de trabalhar; situações de violência em contexto familiar; dificuldades concernentes à saúde mental dos/das estudantes;
- que sejam reconsideradas as exigências de laudos médicos referentes a quadros de sofrimento mental por Colegiados de Graduação, facilitando o trancamento total ou parcial nestes casos;
- que se considere o Regime Acadêmico Especial como direito amplo, assegurado a todos/todas estudantes durante todo o período;
- que não seja contabilizado o NSG e o RSG do/da estudante, no período, para fins de processo seletivo para oportunidades de estágio, programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica, bem como outras condições correlatas. Nestes casos, sugere-se considerar o NSG e o RSG anterior a 2020.

## **Eixo 2:**

### **Revisão e flexibilização das normas acadêmicas dos Programas de Pós-graduação**

Sugere-se:

- que os pedidos de prorrogação de prazo e de bolsa, medidas já regulamentadas pela CAPES, sejam aceitos pelos Programas de Pós-Graduação. É imprescindível, nesse contexto, que a luta pela prorrogação das bolsas seja uma prioridade tanto para estudantes como para a Universidade;
- formação de Comitês entre os membros dos PPGs (Tais, Docentes e Discentes), para que se promova um amplo debate e discussão sobre os limites e as possibilidades de retorno às atividades;
- mapeamento das dificuldades de professoras(es) e estudantes para uso e acesso aos TICs;
- instrumentalização de professoras (es) e estudantes para uso e acesso às TICs;
- transparência e divulgação dos resultados obtidos pelos questionários colhidos pela UFMG, pelo seu portal;
- esclarecimento acerca de contato alternativo com estudantes que não responderam ao questionário enviado por e-mail, e ampliação do prazo de preenchimento dos mesmos;
- novos prazos para defesas de dissertações e teses;
- garantia de não-reprovação por falta, no período;
- pleno direito à solicitação de prorrogação dos prazos de extensão de bolsas e integralização dos créditos;
- acompanhamento técnico, pedagógico e psicológico a professoras (es) e estudantes durante esse período;
- ampliação dos canais de diálogo entre a Associação dos Pós-Graduandos (APG) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG);
- criação de espaços de acolhimento e tratamento de denúncias contra diferentes formas de abusos (moral, sexual, etc.) sofridos por professoras/es e estudantes durante o período, com acompanhamento especial às e aos estudantes oriundos de políticas de cota.

### **Eixo 3:**

#### **Promoção do acesso à internet e a equipamento eletrônicos adequados para o ensino remoto emergencial para a comunidade de discentes, técnicos em educação e docentes**

Sugere-se:

- a criação de auxílio financeiro mensal para acesso a sinal de Internet (“Auxílio Internet”) para estudantes sujeitos da política de assistência estudantil da UFMG, segundo a sua necessidade, garantindo acesso com regularidade e qualidade às redes e plataformas da UFMG com a finalidade de acompanhar as atividades acadêmicas remotas;
- a criação de auxílio financeiro para acesso a sinal de Internet (“Auxílio Internet”) para estudantes com deficiência, estudantes indígenas e quilombolas da UFMG, segundo a sua necessidade, garantindo acesso com regularidade e qualidade às redes e plataformas da UFMG com a finalidade de acompanhar as atividades acadêmicas remotas;
- a criação de auxílio financeiro para acesso a sinal de Internet (“Auxílio Internet”) para estudantes de pós-graduação da UFMG, segundo a sua necessidade, garantindo acesso com regularidade e qualidade às redes e plataformas da UFMG com a finalidade de acompanhar as atividades acadêmicas remotas;
- a solução e a provisão do serviço de internet nas moradias universitárias da UFMG, assegurando que estudantes moradores tenham acesso com regularidade e qualidade às redes e plataformas da UFMG com a finalidade de acompanhar as atividades acadêmicas remotas;
- a provisão de equipamentos eletrônicos para que os três setores da UFMG (discentes, técnicos em educação e docentes) contem com recursos adequados para a oferta do ensino remoto emergencial;

### **Eixo 4:**

#### **Adaptação do ambiente virtual e de materiais pedagógicos utilizados pela UFMG durante o ensino remoto emergencial, para estudantes com deficiência**

A UFMG possui, cadastrados pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), 483 estudantes com deficiência em seu universo acadêmico discente, dado esse que pode, quantitativamente, representar um pequeno universo de estudantes se comparado à totalidade dos 32 mil estudantes da graduação. Contudo, do ponto de vista qualitativo, a inclusão universitária desses estudantes pressupõe uma série de ações para o apoio às diversas demandas colocadas pela inscrição de mundo de cada um desses sujeitos. Ou seja, a promoção da inclusão social e digital desses estudantes da UFMG já representava um expressivo desafio para a instituição antes da pandemia e, com o atual contexto, a Universidade necessitará realizar uma série de investimentos para assegurar o direito desses estudantes à continuidade de seus estudos, tanto durante a promoção do ensino remoto emergencial como no período pós-pandemia.



O Comitê de Acompanhamento de Estudantes da UFMG formaliza algumas observações para a viabilização das aulas neste formato para que não excluam os/as estudantes com deficiência, por exemplo, em relação ao acesso à internet e às condições necessárias para a acessibilidade.

A pessoa surda não aprende língua portuguesa de modo natural como uma pessoa ouvinte. Para ela, a língua portuguesa é uma segunda língua. Já a língua de sinais é adquirida de maneira natural, sendo por meio dela que os surdos compreendem os conceitos e os conteúdos acadêmicos. Assim, para que estudantes surdos tenham a mesma experiência de aprendizagem que os/as demais, os conteúdos das vídeoaulas precisam ser traduzidos e apresentados na janela de Libras.

A UFMG conta com o Moodle como ambiente virtual de aprendizagem, e este precisa estar acessível para estudantes surdos, por mais complexo que seja esse processo, para que possam, de fato, ser incluídos/as.

É sabido que para promoção do ensino remoto emergencial são utilizados materiais como vídeoaulas, podcast e textos, dentre outros. Para que sejam acessíveis, as vídeoaulas e os podcast precisam apresentar a janela de Libras e todo material que contém áudio deve ser traduzido. A tradução de uma mídia digital demanda tempo, equipamentos e programas adequados de edição para a inserção da janela de Libras.

Para que essa acessibilidade ocorra torna-se necessário também uma equipe qualificada, que deve ser composta por profissionais como professores, intérpretes, cinegrafista e editor. A complexidade do processo faz com que muitas vezes os materiais pedagógicos disponibilizados nas plataformas virtuais de aprendizagem sejam apenas em língua portuguesa, não sendo acessível para as pessoas surdas.

Dentre os programas e equipamentos exigidos para gravação e edição destacam-se: câmera, computador compatível com os programas necessários para edição de vídeos e o programa de edição de vídeo (normalmente programas pagos). Esse é o processo básico para se fazer um vídeo com janela em Libras, o que pode levar no mínimo 20 dias, caso a vídeoaula seja curta e menos complexa. Ressalta-se ainda que o intérprete não tem domínio de todo e qualquer conteúdo acadêmico, o que pode implicar em uma demanda maior de tempo para pesquisar conteúdos relativos ao tema da vídeoaula e sinais que devem ser utilizados para a tradução de materiais em mídias digitais.

Com relação a estudantes com deficiência visual, as demandas envolvem a adaptação de material em diferentes formatos, como, por exemplo, em Braille, em áudio, em alto relevo, com fonte ampliada, ou digitalizado, para ser lido por leitor de tela. Neste processo, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão/NAI trabalha em parceria com as bibliotecas universitárias, responsáveis pelo escaneamento do material a ser adaptado. A complexidade do processo envolvido na adaptação demanda um tempo de processamento e tempo para o material chegar ao aluno, além daquele gasto por ele para leitura e estudo.

Destaque-se que o ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle precisa estar totalmente acessível e sem empecilhos para que estudantes deficientes visuais possam navegar por todos os conteúdos, assistir às vídeoaulas, encontrar e baixar os materiais disponibilizados por docentes, para que assim possam participar de maneira inclusiva, como os/as demais

estudantes. Essas condições de acessibilidade devem estar contempladas também na construção dos sites, adequando-se a disposição de links e de toda a informação contida na página, de maneira que possa ser encontrada e lida com o leitor de telas.

É importante observar também que o uso de computadores e smartphones com leitores de tela, bem como a navegação em páginas e sites no ambiente virtual, feita por estudantes com deficiência visual, requer conhecimento do usuário e condições de acessibilidade adequadas. Além das especificidades relativas a estudantes deficientes visuais e a estudantes surdos, também deve-se levar em consideração as dificuldades de mobilidade e também de dor de estudantes com deficiência física, bem como o ritmo diferenciado de aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual, que necessitam de um tempo maior para adquirir os conhecimentos.

Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam, em alguns momentos, dificuldades de se expressar e de se fazer compreendidos, e o uso de imagens e de recursos visuais pode ajudá-los na compreensão da informação dada. De forma geral, é fundamental que os procedimentos e recursos de ensino, de aprendizagem e de avaliação levem em conta o tipo de deficiência, as habilidades e as dificuldades do/da discente.

Assim, é preocupante a possibilidade de retorno às atividades acadêmicas em regime de ensino remoto emergencial, pois faz-se necessário acatar todas as recomendações de acessibilidade, acima elencadas, antes do início dessas atividades.

Vale destacar que cerca de 70% de estudantes acompanhados/as pelo NAI são também assistidos/as pela UFMG, o que pode indicar um aprofundamento de suas dificuldades de acesso à internet e à equipamentos necessários para acesso remoto às aulas e aos materiais acadêmicos.

Para cumprimento da Legislação, registre-se a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em seu art. 28, inciso XIII, exige do poder público que assegure, crie, desenvolva, implemente incentive acompanhe e avalie o “acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas ...”.

Diante do exposto, a elaboração de propostas de retorno das atividades acadêmicas em regime remoto emergencial deve contar, indispensavelmente, com a participação do NAI.

#### **Eixo 5:**

#### **Participação de representantes de estudantes nos Comitês da UFMG**

Sugere-se:

- que estudantes estejam presentes nos NDEs, Colegiados de Graduação e de Pós-graduação, assim como quaisquer órgãos consultivos que se dediquem a construção coletiva de atividades de ensino remoto emergencial.
- que a Reitoria elabore, junto com os três setores, o planejamento da retomada das atividades acadêmicas, assegurando o protagonismo estudantil em todas as instâncias de decisão.

## **Eixo 6:**

### **Responsabilização qualificada dos Colegiados de Graduação e dos Núcleos Docente Estruturante (NDEs)**

Tendo sempre em vista os diferentes sujeitos, as distintas realidades sociais e as diversas formas de aprendizagem, sugere-se a criação de mecanismos que tragam dimensões positivas às diferenças e que favoreçam o percurso acadêmico coletivo, a autoestima intelectual e a ressignificação do estudo. Os Colegiados de Graduação e os NDEs possuem expressiva responsabilidade sobre a construção de propostas pedagógicas plurais, inclusivas e isonômicas na implementação de atividades acadêmicas remotas na UFMG.

Sugere-se:

- a participação de estudantes, servidores técnicos e docentes nos Comitês Locais instituídos nas Unidades e/ou Cursos de Graduação. O objetivo desses comitês será o acompanhamento, a construção coletiva e a promoção de ajustes necessários à implementação de atividades acadêmicas de ensino remoto emergencial;
- a necessidade de elaboração e apresentação à PROGRAD de proposições com abordagem interseccional dos desafios encontrados na implementação de atividades acadêmicas remotas emergenciais, formalizando iniciativas planejadas por cada Colegiado de Graduação, preferencialmente em conjunto com os NDEs e envolvendo sempre que possível os Comitês Locais de Acompanhamento aos Estudantes. Como exemplo: planos de acompanhamento pedagógico a estudantes com deficiência, mães/pais/tutores solo, estudantes transgênero, estudantes que se encontram em situação de violência doméstica, dentre outras condições que indiquem situação de vulnerabilidade das/dos estudantes;
- o acompanhamento, por parte da PROGRAD e da PRAE, de propostas de implementação de atividades acadêmicas remotas emergenciais, orientando os Colegiados e os NDEs a favorecer a construção de práticas pedagógicas que promovam o vínculo com a UFMG, a oportunidade de acesso a processos coletivos de aprendizagem e que sejam colaborativos (em substituição às lógicas disciplinares e individuais, competitivas);
- os Colegiados e NDEs deverão contribuir, juntamente com a PROGRAD, para a promoção e acompanhamento do processo de formação pedagógica dos professores para utilização de metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades de ensino remoto emergencial. Metodologias de ensino e avaliação devem ser amplamente discutidas no âmbito dos comitês locais das unidades, envolvendo docentes, taes e estudantes;
- o estabelecimento de critérios, pelos Colegiados/NDEs/Comitês Locais, para implementação das atividades remotas, devem ser estabelecidos, bem como ferramentas de observação, fiscalização e avaliação de sua eficácia, sempre visando a garantia da qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- a construção de estratégias, pelos Colegiados/NDEs/Comitês Locais, para abarcar a necessidade de estudantes que estejam cursando os últimos períodos dos cursos de graduação e propensos a concluir o seu percurso acadêmico durante o período de pandemia e pós-pandemia. É fundamental considerar que aqueles/as que estão próximos de colar grau sentem maior necessidade do retorno das aulas, da oferta de atividades que visem a integralização da carga horária, bem como a flexibilização de critérios de integralização do curso;

- a provisão de regime acadêmico especial para estudantes do campo de diferentes realidades rurais. A UFMG possui uma expressiva parcela de estudantes que vêm de diferentes realidades rurais. E é notável que o acesso à internet e à conexão ainda é extremamente precarizado no interior do país.
- Assim, é fundamental, além de prover o regime acadêmico especial, construir estratégias para a inclusão e o acompanhamento de estudantes que residem em áreas rurais e não dispõem de serviços qualificados de internet para participar do ensino remoto emergencial com as mesmas condições que os/as estudantes que residem em áreas urbanas dotadas com esses serviços;
- a adoção de metodologias de avaliação que incorporem, integrem e articulem outras formas, maneiras e possibilidades de demonstrar a aprendizagem, para além das provas e trabalhos de natureza convencional;
- a possibilidade de requerimento de tratamento especial para realização de atividades avaliativas do curso, considerando-se como justificativas aspectos relativos à condições de vulnerabilidade apresentadas pelo/a estudante, de modo a não aprofundar nem criar novos fatores de acirramento de desigualdades;
- o incentivo a processos colaborativos de ensino-aprendizagem a fim de fortalecer laços sociais, sentimentos de pertencimento e estratégias coletivas de se manter a saúde mental na travessia desse momento delicado;
- o fomento e a ampliação de espaços de escuta, planejamento e acompanhamento de estudos para as/os estudantes das unidades, com tutoriais e auxílios pedagógicos para organização dos estudos que considere as diferentes condições dos sujeitos e dos grupos.

#### **Eixo 7:**

#### **Fortalecimento da cultura institucional de escuta acadêmica na UFMG**

A implementação de atividades acadêmicas remotas na UFMG possivelmente aumentará a demanda de estudantes por iniciativas que ofereçam o que tem sido comumente chamado de “escuta acadêmica”. retomada de atividades acadêmicas ainda mais em formato remoto, poderá ser motivo, também, de angústia e sofrimento mental para estudantes que se encontram em situação de maior vulnerabilidade (e também para servidores docentes e técnicos administrativos) que estão adentrando esse universo de trabalho remoto, atravessados por sentimentos de incerteza, limitação e frustração.

Considerando que a escuta acadêmica é iniciativa apontada por especialistas da Psicologia como caminho para o acolhimento do sofrimento coletivo, é importante que a UFMG (Unidades, Pró-reitorias, Comissão Permanente de Saúde Mental, Rede de Saúde Mental, Núcleos de Escuta, dentre outros) potencialize ainda mais suas iniciativas já existentes, bem como construa novos projetos para o fortalecimento e ampliação dessa cultura de escuta acadêmica de (e entre) estudantes, servidores técnicos e docentes.

Sugere-se:

- a ampliação de projetos de escuta já consolidados na UFMG: plantão psicológico; atividades do SPA; escutas acadêmicas das unidades. São condições importantes as atividades de formação de membros da comunidade acadêmica que desejam participar dessas iniciativas.

- um programa de bolsas para o envolvimento de estudantes nessas atividades também é iniciativa pertinente;
- a criação de escutas acadêmicas para as unidades que ainda não possuem esse tipo de acolhimento. É fundamental que as distintas unidades da UFMG cuidem dessa ação, pois os desafios para o acolhimento de estudantes é diferente em cada curso de graduação e pós-graduação. E as escutas acadêmicas por unidade/departamento/curso possibilitam o refinamento dos desafios colocados pelas diversas experiências de formação acadêmica.
- a criação de novas iniciativas (cursos, oficinas, fóruns de partilha de experiências, laboratórios de escuta acadêmica) para formação em escuta acadêmica direcionada, exclusivamente, à categoria de servidores docentes da UFMG. As atividades acadêmicas remotas exigirão de docentes novas competências, e será apropriado ampliar a sua formação para além daquelas direcionadas ao planejamento de aulas, atividades em ambiente virtual. A capacidade de acolher estudantes, de escutá-los/as de forma sensível e qualificada, é decisiva na realização de atividades acadêmicas remotas em regime emergencial na UFMG, de modo a garantir igualdade de oportunidades e de inclusão acadêmica ao tempo em que concorre para diminuir desigualdades sociais, durante e após a travessia dessa crise sanitária. Uma possibilidade nesse sentido é a inclusão dessa temática nos cursos ofertados pelo GIZ para a formação docente;
- a criação de novas iniciativas (cursos, oficinas práticas, fóruns de partilha de experiências, laboratórios de escuta acadêmica) para formação em escuta acadêmica direcionada, exclusivamente, à categoria de servidores técnicos administrativos em educação da UFMG. Da mesma forma, as atividades acadêmicas remotas exigirão novas competências das e dos técnicos administrativos, e será preciso formação para além daquelas direcionadas a realização de procedimentos administrativos em ambiente virtual. Os/As TAEs desempenharão papel fundamental na inclusão e no apoio a estudantes em suas práticas de estudo remoto, durante e após este tempo;
- a criação de novas iniciativas (cursos, oficinas práticas, fóruns de partilha de experiências, laboratórios de escuta acadêmica) para formação em escuta acadêmica direcionada, exclusivamente, à categoria de estudantes da UFMG. Também deles/as as atividades acadêmicas remotas exigirão saberes e competências relacionais, e será preciso a sua formação para além daquelas habilidades direcionadas à realização de tarefas de aprendizagem em ambiente virtual. Estudantes também serão protagonistas no exercício da escuta e do acolhimento entre seus pares, seja em tempos de atividades remotas, seja após sua travessia. Uma possibilidade nesse sentido é a inclusão dessa temática nos cursos ofertados pelo GIZ para a formação discente.

## **Eixo 8:**

### **Fomento e ampliação da Política de Saúde Mental**

Segundo estudos da Fundação FIOCRUZ, é esperado que tanto durante a pandemia como também no período seguinte a ela o sofrimento mental no âmbito das comunidades acadêmicas seja agravado. As juventudes são as mais comprometidas por esse fenômeno social e as universidades precisarão fortalecer suas políticas de fomento a saúde mental.

Considerando que a UFMG já possui uma Rede de Saúde Mental e também a sua Comissão Permanente de Saúde Mental, com projetos diversos, é recomendável:

- a ampliação e o fomento às iniciativas de promoção da saúde mental já consolidadas, envolvendo novos estudantes, docentes e técnicos administrativos em educação para o aumento do alcance de tais projetos;
- o aprimoramento da divulgação de todos os serviços prestados pela UFMG nesse sentido, reforçando, regularmente, tanto a existência dessas iniciativas como também a forma de acessá-las;
- a criação de novas parcerias entre a Comissão Permanente de Saúde Mental, a Rede de Saúde Mental, a DAC e a PRAE, possibilitando assim que, por meio de editais e de novos projetos, a arte e a cultura sejam compreendidas como eixos fundantes da promoção da saúde mental no âmbito da comunidade acadêmica da UFMG. Um exemplo potente nesse sentido foi a publicação do edital de bolsas de criação artística, em parceria entre a DAC e a PRAE.

### **Eixo 9:**

#### **Ampliação de perspectivas pedagógicas na UFMG e parcerias com outras Universidades: oferta de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão**

A travessia exige ampliar a formação, possibilitando o intercâmbio de saberes, áreas do conhecimento e instituições. O propósito é desenvolver empatia e alteridade, necessários para uma Universidade e sociedade diversas, que acolhem a diferença e compreendem as desigualdades do país.

Durante a pandemia diversas universidades se mobilizaram para oferecer oportunidades de aprendizagem em ambiente online e essas experiências poderão favorecer a constituição de parcerias com o intuito de partilhas de experiência e promoção de iniciativas interinstitucionais.

Sugere-se:

- construir projetos de cooperação interinstitucional e oferecer atividades acadêmicas já ofertadas por outras universidades como AACC. Um exemplo: o curso de extensão “Como entender o mundo de hoje: pandemias e periferias.”
- oferecido pela UERJ e em articulação com a Rede Emancipa. Tal iniciativa tem sido promovida de forma exitosa, embora ainda não conte com o serviço de intérpretes de libras para que o material se torne inclusivo. A UFMG poderá, com a decisiva orientação do NAI, oferecer esse apoio para que projetos e cursos desta natureza passem a ser ofertados como carga horária de formação em extensão para os cursos de graduação da UFMG;
- flexibilizar a proposta curricular de cada curso de graduação para a inserção de atividades que tenham conteúdos pedagógicos diversos, ampliando as possibilidades do que estava anteriormente previsto;
- ampliação de disciplinas com temáticas transversais que tragam assuntos afetos à formação em direitos humanos e propiciem a intersecção de saberes e culturas diversas, reconhecendo diferenças e mobilizando outras metodologias capazes de produzir conhecimentos;
- ofertar conteúdos, preferencialmente de forma não disciplinar, que contribuam para a leitura e compreensão do mundo contemporâneo, do momento histórico atual e que

aborde as dimensões políticas, culturais, sociais, sanitárias, econômicas, éticas da crise que está posta em escala mundial;

- favorecer e instigar a produção de conhecimento em formato distinto daquele convencionalmente utilizado e aplicado à sala de aula, no formato verticalizado de explanação do professor/a e registro pelo aluno/a. Sugere-se difundir metodologias interativas e colaborativas que promovam maior fluidez e evite a promoção do sofrimento mental para estudantes.

#### **Eixo 10:**

#### **Reelaboração e reestruturação da Política de Assuntos Estudantis da UFMG**

Será necessário, no âmbito do Conselho de Assuntos Estudantis da Prae, envolvendo todas as instâncias que o compõem (e trazendo para ele também a Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, e certamente mobilizando o Observatório de Políticas de Assuntos Estudantis), examinar, reelaborar e reestruturar os programas e os auxílios dos três eixos que compõem a Política de Assuntos Estudantis da UFMG, coordenada pela Prae: apoio acadêmico, ações afirmativas e assistência estudantil (em parceria com a Fump).

Nem poderia ser diferente: é fato que a crise sanitária, econômica, política e social apresenta novos desafios para a UFMG em sua responsabilidade de garantir a permanência e o sentimento de pertencimento à Universidade, especialmente de estudantes em situação de vulnerabilidade. Haverá certamente um aumento da demanda por parte de estudantes em todas essas dimensões, e será necessário refletir e agir para organizá-la e atendê-la institucionalmente.

O desafio impõe a reelaboração das políticas de assistência estudantil, de ações afirmativas e de apoio acadêmico coordenadas pela PRAE, com possível realocação de recursos oriundos do PNAES, considerando demandas antigas e novas trazidas por estudantes após a experiência de resguardo e isolamento sociais.

Reafirma-se, no tocante às atividades acadêmicas remotas, a necessidade de criação de auxílios voltados para a promoção do acesso à internet e à equipamentos, promovendo a inclusão digital e o apoio para estudantes que possuem limitações na realização desse direito.

#### **Conclusão**

A pandemia do vírus Covid-19 causou expressivos transtornos para o ambiente universitário, exigindo repensar as maneiras com que todas as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de administração vinham sendo realizadas, trazendo significativas reflexões sobre como manter a Universidade operante e funcional na travessia deste momento delicado, inédito e complexo.

Para a retomada das atividades acadêmicas de maneira remota emergencial é importante considerar que o universo acadêmico da UFMG é amplo e diverso, e todos/as os/as que dele fazem parte e o constituem estão e serão ainda mais afetados/as.

É então fundamental refletir coletivamente sobre o impacto das decisões de natureza acadêmica a tomar, e como minimizá-lo, ancorando-se, sempre, em uma abordagem interseccional para orientar a adoção de critérios, de procedimentos e de práticas.

Este documento reflete posicionamentos das instâncias presentes no Comitê de Acompanhamento de Estudantes da UFMG. O propósito foi o de compilar, nesta primeira parte, o que se considera salutar para a retomada de atividades acadêmicas remotas, levando em consideração todos/as aqueles/as que compõem e constroem a Universidade.

Ele contém sugestões sobre normas acadêmicas e sua possível flexibilização tanto para a graduação como para a pós-graduação; sobre o acesso à internet e aos equipamentos eletrônicos imprescindíveis para o acompanhamento de atividades remotas; as demandas de estudantes com deficiência que não podem ser deixadas para trás com a medida emergencial; a necessidade da presença da representação estudantil em todos os espaços de discussão; a responsabilidade qualificada dos Colegiados de Graduação e dos Núcleos Docentes Estruturantes; o fortalecimento e expansão da escuta acadêmica e de políticas que garantam a saúde mental de discentes, docentes e taes; ainda, a ampliação de perspectivas pedagógicas na UFMG e a possibilidade de parcerias com outras Universidades.

Fica aqui também registrada a preocupação do Comitê de Acompanhamento de Estudantes com grupos sociais específicos, como estudantes negras e negros (e em especial quilombolas); indígenas; LGBTIs; pessoas com deficiência; mulheres cujas condições e posições sociais a expõem a processos de vulnerabilização, dentre outros. A UFMG tem um compromisso especial com tais grupos, e certamente não se afastará dele.

É fundamental garantir o bem estar de todos/as, e que ninguém e nenhum direito seja deixado para trás quando o ensino de qualidade que a UFMG oferece poderá ser realizado por meio de atividades remotas emergenciais.

A segunda parte deste documento reúne os documentos originais enviados ao Comitê, na íntegra, pelas instâncias que o compõem, para que assim seja também possível consultá-los.

Estamos na travessia.

É preciso seguir coletivamente, sem retrocessos.

O real exige a presença da UFMG.

Nenhum estudante fica para trás.

“Carece de ter coragem” disse Diadorim a Riobaldo.

Coragem, UFMG.



## SEGUNDA PARTE

### ÍTEGRA DE DOCUMENTOS DE INSTÂNCIAS QUE COMPÕEM O CONSELHO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS.

PRAE - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis  
FUMP - Fundação Universitária Mendes Pimentel  
CPAAI - Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão  
NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão  
DCE - Diretório Central dos Estudantes  
AMMU - Associação de Moradores das Moradias Universitárias  
MUDI - Movimento Universitário de Inclusão  
APG - Associação de Pós-Graduados da UFMG

## **DOCUMENTO DA PRAE AO COMITÊ PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DE ESTUDANTES**

Considerações para a retomada de atividades acadêmicas na UFMG

### Introdução

A Pró-reitoria de Assuntos Estudantis apresenta suas considerações e contribuições, apreendidas durante a prática e a gestão da Política de Assuntos Estudantis da UFMG, em seus três eixos fundantes: as políticas de apoio acadêmico, de ações afirmativas e de assistência estudantil. Considerou-se centralmente a possibilidade de retomada das atividades acadêmicas na UFMG de forma remota, haja vista a necessidade de manutenção de resguardo e isolamento sociais para prevenção ao contágio pelo novo coronavírus.

As contribuições indicadas a seguir abarcam esses três eixos, e trazem como princípio estruturante a garantia a estudantes da UFMG a manutenção da qualidade da educação superior pública que ela oferece, preservando especialmente as políticas de inclusão, de permanência e de afirmação de direitos de sujeitos historicamente vulnerabilizados. A Prae considera salutar, em sintonia com suas políticas:

#### 1. Flexibilização das Normas Acadêmicas por período determinado:

Favorecer que o/a estudante possa, segundo suas condições (habitação, acesso à internet, responsabilidades domésticas e familiares, dentre outras) decidir sobre o que será possível realizar com relação ao seu percurso acadêmico. Sugere-se:

- que trancamentos realizados, totais ou parciais, não devam ser contabilizados durante os períodos que transcorram em regime remoto de educação;
- considerar como justificativas plausíveis para a solicitação de trancamento (parcial ou total) do semestre: dificuldades para estudar que envolvam o acesso à internet; a rotina de afazeres domésticos; o cuidado com familiares; a necessidade de trabalhar; situações de violência em contexto familiar; dificuldades concernentes à saúde mental dos e das estudantes;
- reconsiderar exigências de laudos médicos referentes a quadros de sofrimento mental por Colegiados de Graduação, facilitando o trancamento total ou parcial nestes casos;
- considerar o Regime Acadêmico Especial como direito amplo, assegurado a todos e todas estudantes durante o período de atividades acadêmicas remotas;
- não contabilizar o RSG do/da estudante referente ao período ao período de atividades acadêmicas remotas. Para fins de processo seletivo para oportunidades de estágio, programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica, bem como outras condições correlatas, sugere-se considerar o RSG anterior a 2020.

#### 2. Responsabilização qualificada dos Colegiados de Graduação e dos Núcleos Docente Estruturante/NDE:

Tendo sempre em vista os diferentes sujeitos, as distintas realidades sociais e as diversas formas de aprendizagem, sugere-se a criação de mecanismos que tragam dimensões positivas às diferenças e que favoreçam o percurso acadêmico coletivo, a autoestima intelectual e a ressignificação do estudo.

Os Colegiados de Graduação e os NDEs possuem expressiva responsabilidade sobre a construção de propostas pedagógicas plurais, inclusivas e isonômicas na implementação de atividades acadêmicas remotas UFMG. No que se refere à atuação dessas instâncias, indica-se:

- a participação de estudantes, servidores técnicos e docentes nos Comitês Locais instituídos nas Unidades e/ou Cursos de Graduação). O objetivo desses comitês será o acompanhamento, a construção coletiva e a promoção de ajustes necessários à implementação de atividades acadêmicas remotas;
- a necessidade de elaboração e apresentação à PROGRAD de proposições com abordagem interseccional dos desafios encontrados na implementação de atividades acadêmicas remotas, formalizando iniciativas planejadas por cada Colegiado de Graduação, preferencialmente em conjunto com os NDEs e envolvendo sempre que possível os Comitês Locais de Acompanhamento aos Estudantes. Como exemplo: planos de acompanhamento pedagógico a estudantes com deficiência, mães/pais solo, estudantes que se encontram em situação de violência doméstica, dentre outras condições que indiquem situação de vulnerabilidade das e dos estudantes;
- o acompanhamento, por parte da PROGRAD e da PRAE, de propostas de implementação de atividades acadêmicas remotas, orientando os Colegiados e os NDES a favorecer a construção de práticas pedagógicas que promovam o vínculo com a UFMG, a oportunidade de acesso a processos coletivos de aprendizagem e que sejam colaborativos (em substituição às lógicas disciplinares e individuais, competitivas);
- a adoção de metodologias de avaliação que incorporem, integrem e articulem outras formas, maneiras e possibilidades de demonstrar a aprendizagem, para além da prova tradicional;
- a possibilidade de requerimento de condição especial para realização de avaliações do curso, considerando-se como justificativas aspectos relativos à condições de vulnerabilidade apresentadas pelo estudante, de modo a não aprofundar nem criar novos fatores de acirramento de desigualdades;
- o incentivo do estudo em grupo, a fim de fortalecer laços sociais, sentimentos de pertencimento e estratégias coletivas de se manter a saúde mental na travessia desse momento delicado;
- o fomento e a ampliação de espaços de escuta e de planejamento e de acompanhamento de estudos nas unidades, com tutorias e auxílios na organização dos estudos que considere as diferentes condições dos sujeitos e dos grupos.

### 3. Fortalecimento da cultura institucional de escuta acadêmica na UFMG:

A implementação de atividades acadêmicas remotas na UFMG possivelmente aumentará a demanda de estudantes por iniciativas que ofereçam o que temos chamado “escuta acadêmica”. A retomada de atividades acadêmicas, ainda mais em formato remoto, poderá ser motivo, também, de angústia e sofrimento mental para estudantes que se encontram em situação de maior vulnerabilidade (e também para servidores docentes e técnicos administrativos) que estão adentrando esse universo de trabalho remoto, atravessados por sentimentos de incerteza, limitação e frustração. Considerando que a escuta acadêmica é iniciativa apontada por especialistas da Psicologia como caminho para o tratamento do sofrimento coletivo, é importante que a UFMG (Unidades, Pró-reitorias, Comissão Permanente de Saúde Mental, Rede de Saúde Mental, Núcleos de Escuta, dentre outros) potencialize ainda mais suas iniciativas já existentes, bem como construa novos projetos para

o fortalecimento e ampliação dessa cultura de escuta acadêmica de (e entre) estudantes, servidores técnicos e docentes. Nessa direção, sugere-se:

- a ampliação de projetos de escuta já consolidados na UFMG: plantão psicológico; atividades do SPA; escutas acadêmicas das unidades. São condições importantes as atividades de formação de membros da comunidade acadêmica que desejam participar dessas iniciativas. Um programa de bolsas para o envolvimento de estudantes nessas atividades também é iniciativa pertinente;

- a criação de novas iniciativas (cursos, oficinas, fóruns de partilha de experiências, laboratórios de escuta acadêmica) para formação em escuta acadêmica direcionada, exclusivamente, à categoria de servidores docentes da UFMG. As atividades acadêmicas remotas exigirão de docentes novas competências, e será apropriado ampliar a sua formação para além daquelas direcionadas ao planejamento de aulas em ambiente virtual. A capacidade de acolher estudantes, de escutá-los/as de forma sensível e qualificada, é decisiva na realização de atividades acadêmicas remotas na UFMG, de modo a garantir igualdade de oportunidades e de inclusão acadêmica ao tempo em que concorre para diminuir desigualdades sociais, durante e após a travessia deste tempo;

- a criação de novas iniciativas (cursos, oficinas práticas, fóruns de partilha de experiências, laboratórios de escuta acadêmica) para formação em escuta acadêmica direcionada, exclusivamente, à categoria de servidores técnicos administrativos em educação da UFMG. Da mesma forma, as atividades acadêmicas remotas exigirão novas competências das e dos técnicos administrativos, e será preciso formação para além daquelas direcionadas a realização de procedimentos administrativos em ambiente virtual. Os/As TAEs desempenharão papel fundamental na inclusão e no apoio a estudantes em suas práticas de estudo remoto, durante e após este tempo;

- a criação de novas iniciativas (cursos, oficinas práticas, fóruns de partilha de experiências, laboratórios de escuta acadêmica) para formação em escuta acadêmica direcionada, exclusivamente, à categoria de estudantes da UFMG. Também deles e delas as atividades acadêmicas remotas exigirão saberes e competências relacionais, e será preciso a sua formação para além daquelas habilidades direcionadas à realização de tarefas de aprendizagem em ambiente virtual. Estudantes também serão protagonistas no exercício da escuta e do acolhimento entre seus pares, seja em tempos de atividades remotas, seja após sua travessia.

#### 4. Fomento e ampliação da Política de Saúde Mental:

Segundo a Fundação FIOCRUZ, é esperado que tanto durante a pandemia como também no período seguinte a ela o sofrimento mental no âmbito das comunidades acadêmicas seja agravado. As juventudes são as mais comprometidas por esse fenômeno social e as universidades precisarão fortalecer suas políticas de fomento a saúde mental. Considerando que a UFMG já possui uma Rede de Saúde Mental e também a sua Comissão Permanente de Saúde Mental, com projetos diversos, é recomendável:

- a ampliação e o fomento às iniciativas de promoção da saúde mental já consolidadas, envolvendo novos estudantes, docentes e técnicos administrativos em educação para o aumento do alcance de tais projetos;

- o aprimoramento da divulgação de todos os serviços prestados pela UFMG nesse sentido, reforçando, regularmente, tanto a existência dessas iniciativas como também a forma de acessá-las;

- a criação de novas parcerias entre a Comissão Permanente de Saúde Mental, a Rede de Saúde Mental, a DAC e a PRAE, possibilitando assim que, por meio de editais e de novos projetos, a arte e a cultura sejam compreendidas como eixos fundantes da promoção da saúde mental no âmbito da comunidade acadêmica da UFMG. Um exemplo potente nesse sentido foi a publicação do edital de bolsas de criação artística, em parceria entre a DAC e a PRAE.

#### 5. Ampliação de perspectivas pedagógicas na UFMG e parcerias com outras Universidades: oferta de atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão:

Ampliar a formação, possibilitando o intercâmbio de saberes, áreas do conhecimento e instituições: o propósito é desenvolver empatia e alteridade, necessários para uma Universidade e sociedade diversa, que acolhe a diferença e compreende as desigualdades do país. Durante a pandemia diversas universidades se mobilizaram para oferecer oportunidades de aprendizagem em ambiente online e essas experiências poderão favorecer a constituição de parcerias com o intuito de partilhas de experiência e promoção de iniciativas interinstitucionais. No tocante a esse aspecto, pondera-se sobre a possibilidade de:

- construir projetos de cooperação interinstitucional e oferecer atividades acadêmicas já ofertadas por outras universidades como AACC. Um exemplo, nesse sentido, é o curso de extensão “Como entender o mundo de hoje: pandemias e periferias”, oferecido pela UERJ e Rede Emancipa. Tal iniciativa tem sido promovida de forma exitosa e ainda não conta com o serviço de intérpretes de libras para que o material se torne inclusivo. A UFMG poderá, com a decisiva orientação do NAI, oferecer esse apoio para que projetos e cursos desta natureza passem a ser ofertados como carga horária de formação em extensão para os cursos de graduação da UFMG;

- flexibilizar a grade de cada curso para a inserção de atividades que tenham conteúdos pedagógicos diversos, ampliando as possibilidades do que estava anteriormente previsto;

- ampliação de disciplinas com temáticas transversais que tragam assuntos afetos à formação em direitos humanos e propiciem a intersecção de saberes e culturas diversas, reconhecendo diferenças e mobilizando outras metodologias capazes de produzir conhecimentos;

- favorecer e instigar a produção de conhecimento em formato distinto daquele tradicionalmente utilizado e aplicado à sala de aula, no formato verticalizado de explanação do professor e registro pelo aluno. Sugere-se difundir metodologias interativas que promova maior atenção e menos sofrimento mental do estudante.

#### 6. Reelaboração e reestruturação da Política de Assuntos Estudantis da UFMG:

Será necessário, no âmbito do Conselho de Assuntos Estudantis da Prae, envolvendo todas as instâncias que o compõem (e trazendo para ele também a Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, mobilizando também o Observatório de Políticas de Assuntos Estudantis), examinar, reelaborar e reestruturar os programas e os auxílios dos três eixos que compõem a Política de Assuntos Estudantis da UFMG, coordenada pela Prae: apoio acadêmico, ações afirmativas e assistência estudantil (em parceria com a Fump). Porque é fato que a crise sanitária, econômica, política e social apresenta novos desafios para a UFMG em sua responsabilidade de garantir a permanência e sentimento de pertencimento à Universidade, especialmente de estudantes em situação de vulnerabilidade. Haverá certamente um aumento da demanda por parte de estudantes em todas essas dimensões, e será necessário refletir e agir para organizá-la e atendê-la institucionalmente.

O desafio impõe a reelaboração das políticas de assistência estudantil, de ações afirmativas e de apoio acadêmico coordenadas pela Prae, com possível realocação de recursos oriundos do PNAES, considerando demandas antigas e novas trazidas por estudantes após a experiência de resguardo e isolamento sociais.

Destaca-se, no tocante às atividades acadêmicas remotas, a necessidade de criação de auxílios voltados para a promoção do acesso à internet e à equipamentos, promovendo a inclusão digital e o apoio para estudantes que possuem limitações na realização desse direito.

**JUNTOS/AS NA TRAVESSIA.**

## **Reflexões sobre a retomada de atividades acadêmicas na UFMG no contexto da pandemia do Covid-19**

*Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão da UFMG*

Diante das instabilidades e incertezas que a pandemia do novo coronavírus traz à sociedade, as instituições têm se confrontado com novos desafios. Ao mesmo tempo em que demandam adaptações em relação a processos estáveis, tal contexto ameaça o curso de políticas de ação afirmativa, pois a pandemia tende a atingir de modo mais intenso os setores mais vulneráveis da sociedade<sup>1</sup>, tais como negras e negros (e em especial os Quilombolas e Indígenas); mulheres; LGBTI's; pessoas com deficiência.

Frente a necessidade de distanciamento social ressaltada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como medida fundamental no combate à pandemia, as salas de aula se tornaram temidas. Instituições de ensino em todo o mundo têm implementado medidas para garantir a segurança de seus corpos docentes, discentes e técnico-administrativo. Entre elas, o ensino remoto tem sido frequentemente utilizado pelo ensino superior.

Este documento, elaborado pela Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão (CPAAI) da UFMG, parte de tal contextualização para debater a retomada de atividades acadêmicas pela Universidade. Foi elaborado a partir de discussões (remotas) da CPAAI e se funda nas diretrizes da OMS e do Comitê Permanente de Acompanhamento das Ações de Prevenção e Enfrentamento do novo Coronavírus da UFMG.

Antes de qualquer consideração, ressaltamos a posição desta Comissão em defesa do isolamento social, medida inequívoca de enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus. Entendemos que a realização de atividades presenciais estão descartadas neste momento e sua futura ocorrência deverá obedecer rigidamente às normas de saúde pública. Esta Comissão compreende que nenhuma proposta substituirá o ensino presencial.

No que se refere à realização de atividades acadêmicas não presenciais, um primeiro ponto a se destacar é a diferença entre Educação à Distância (EaD) e Educação Remota Emergencial (ERE). HODGES et al<sup>2</sup> (2020) alertam para a relevância de tal diferenciação,

---

<sup>1</sup> A exacerbação das desigualdades em todo o mundo é reiterada pela ONU (como em <https://nacoesunidas.org/especialista-independente-da-onu-alerta-que-estados-devem-incluir-comunidade-lgbti-na-resposta-a-covid-19/>), UNICEF (<https://nacoesunidas.org/unicef-garantir-acesso-de-criancas-vulneraveis-a-internet-e-essencial-na-resposta-a-covid-19/>), UNFPA (<https://nacoesunidas.org/covid-19-especialistas-discutem-acoes-efetivas-para-enfrentamento-da-violencia-contr-a-mulher/>), OIT (<https://nacoesunidas.org/oit-pandemia-expoe-lacunas-na-cobertura-de-protecao-social-dos-paises-em-desenvolvimento/>), entre outras. No Brasil, o número de negros mortos pelo Covid-19 é maior do que o de brancos (<https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-ecinco-vezes-maior-no-brasil/>) e a violência doméstica dá indícios de alta (<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/violencia-domestica-pode-ter-aumentado-no-brasil-apontapesquisa-com-participacao-da-ufmg>), como já alertava a ONU Mulheres (<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/COVID19.pdf>). Também há relatos de intensificação da vulnerabilidade de Indígenas em todo o país (<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/23/81-mil-indigenas-estao-em-situacao-devulnerabilidade-critica-em-caso-de-exposicao-a-covid-19-diz-estudo.ghtml>, <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-06/os-indigenas-da-amazonia-lancam-um-sos-para-pedir-protecao-ante-a-pandemia.html>).

<sup>2</sup> HODGES, Charles; MOORE, Stephanie; LOCKEE, Barb; TRUST, Torrey & BOND, Aaron. The

apontando para o histórico de discussão sobre a definição de conceitos como ensino a distância, ensino distribuído, ensino on-line, ensino móvel, entre outros.

De modo a desenvolver tal discussão, ARRUDA destaca que “Atender por meio de tecnologias digitais, alunos afetados pelo fechamento das escolas, não é a mesma coisa que implantar Educação à Distância”<sup>3</sup> (2020, p. 265), apontando para o caráter emergencial da adoção das modalidades remotas de ensino no âmbito da pandemia do novo coronavírus. Defende ainda que, ao contrário das transmissões ao vivo de aulas por plataformas digitais com a sua gravação para disponibilizar tais encontros aos que não puderam estar presentes no momento em que se desenvolveram, adotadas por muitas instituições de ensino superior em todo o mundo,

A EaD envolve planejamento anterior, consideração sobre perfil de aluno e docente desenvolvimento a médio e longo prazo de estratégias de ensino e aprendizagem e levam em consideração as dimensões síncronas e assíncronas da EaD, envolve a participação de diferentes profissionais para o desenvolvimento de produtos que tenham, além da qualidade pedagógica, qualidade estética que é elaborada por profissionais que apoiam o professor na edição de materiais diversos. (2020, p. 265).

Para além de tais aspectos que evidenciam as diferenças fundantes entre EaD e ERE, vale destacar que a EaD também é regida por legislação específica, como o Decreto 9057/2017; o Decreto 9235/2017 e portarias do Ministério da Educação<sup>4</sup>. Mesmo que seja importante a diferenciação entre EaD e ERE, esta Comissão não o faz no sentido de estabelecer hierarquias entre ambas – ou entre elas e o ensino presencial. Pelo contrário, entende que é preciso buscar alternativas para que, respeitado o distanciamento social, sejam implementadas medidas que visem, para além do cumprimento de calendários, a manutenção dos vínculos entre a Universidade e seus corpos docente, discente e técnico-administrativo; a continuidade da busca por uma universidade pública, gratuita, diversa e de qualidade; e o combate às desigualdades.

A partir de tais reflexões, é importante ter em mente que o uso de ferramentas digitais não pode se restringir à reposição ou à oferta de disciplinas. De forma ampliada, é preciso pensar tais ferramentas de acordo com a vocação plena da universidade, englobando atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da administração – uso que já vem sendo feito.

Vale lembrar que a comunicação digital por meio de plataformas pode, e de fato é usada, não apenas para dar visibilidade a fluxos majoritários, como também para fortalecer a manutenção de vínculos e a troca de experiências entre grupos vulneráveis e, muitas vezes, minoritários<sup>5</sup>. Cabe, portanto, demandar que se implemente um uso democrático das

---

difference between emergency remote teaching and online. Disponível em <<https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-onlinelearning>>. Acesso em 23 mai. 2020.

<sup>3</sup> Elcídio ARRUDA. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. EmRede, v. 7, n. 1, p. 257-275. Disponível em <<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>>. Acesso em 23 mai. 2020.

<sup>4</sup>Disponíveis em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias-112877938/seededucacao-a-distancia-96734370/12778-legislacao-de-educacao-a-distancia>

<sup>5</sup>As redes de estudantes mães, de estudantes transexuais e os coletivos negros e LGBTI's são alguns exemplos nesse sentido.



ferramentas digitais voltados a valorizar as diferenças e a potencializar as diversas culturas, em vez de uniformizar pensamentos, comportamentos e respostas.

Mas tal premissa já encontra obstáculos, em especial a diversidade – e mesmo a ausência – das possibilidades de acesso pleno à Internet. Se é verdade que quase todos temos um aparelho de telefone celular na contemporaneidade, também se faz mister pensar que as conexões se dão de maneira bastante diversa e instável, de acordo com os planos de acesso das operadoras de telefonia; as regiões da cidade, hierarquizando bairros privilegiados em relação a vilas, aglomerados, comunidades; e entre as áreas urbanas e rurais, comunidades do campo, aldeias indígenas.

Sendo assim, um elemento importante na construção de alternativas para manutenção do vínculo acadêmico e retomada oportuna das atividades, portanto, diz respeito a enfatizar a busca coletiva de soluções e proposições, que privilegiem abordagens flexíveis e transversais (não disciplinares). Para tal, é fundamental que tenham espaço todos os segmentos envolvidos nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, garantindo presença representativa de estudantes e técnicos administrativos nas decisões, além de professores. Também é preciso que essa representação considere as diferentes inserções e pertencimentos de raça/etnia, gênero e orientação sexual, classe e especificidades relacionadas às pessoas com deficiência.

A representatividade, aliás, pode ser vista como aliada dos diagnósticos. A fim de manter as conquistas das políticas de ações afirmativas e inclusão alcançadas nos últimos anos e zelar por sua desejada ampliação, o diagnóstico precisa ir além do acesso à tecnologia e pensar seus usos – certamente, diversos não apenas no corpo docente, mas também no docente e no técnico-administrativo. Tais usos, reforçamos, se dão de acordo com as especificidades da inserção cultural, territorial, socioeconômica e as diferenças de gênero/orientação, especificidades relacionadas às pessoas com deficiência, raça/etnia.

Além da preocupação com o acesso e com os limites e possibilidades dos usos sociais das tecnologias de comunicação, há ainda outras questões que, no entendimento desta Comissão, devem ser consideradas na elaboração das proposições para a retomada de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

É importante considerar que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão em uma dinâmica territorializada que, durante a quarentena, tende a ser familiar<sup>6</sup>, dificultando o cumprimento de atividades pedagógicas de caráter individual. Há um conjunto de situações que não se reduz ao problema do acesso às tecnologias de comunicação – como por exemplo, durante a quarentena, a mãe que cuida dos filhos ou o filho que cuida da mãe idosa podem ter acesso à tecnologia de ponta, sem que seja possível cumprir as atividades remotas demandadas; ou estudantes, que podem acompanhar as aulas via celular, mas não conseguirão digitar trabalhos das disciplinas, ou acessar textos disponíveis nas bibliotecas das unidades; ou professores que não dominam as ferramentas digitais. Essas são questões que apenas ilustram

---

<sup>6</sup> A presença em tempo ampliado no contexto familiar, se pode trazer vantagens em relação à convivência, também se mostra potencializadora de inserções violentas. Nesse sentido, dados de ocorrências policiais mostram um alto crescimento da violência contra a mulher durante a quarentena; jovens LGBTI's são aconselhados a se manterem no armário nesse período afim de evitar que sofram violência ou sejam expulsos de casa. Por outro lado, famílias de baixa renda se vêem impossibilitadas de manter qualquer isolamento social, mantendo as atividades de trabalho externo e dividindo moradia com muitas outras.

as muitas especificidades debatidas por esta Comissão e para as quais se faz necessário a busca por alternativas coletivas, que propiciem a construção de processos que permitam a troca e a socialização, em vez da individualização da busca por solução e a redução dos processos pedagógicos aos limites do ensino.

Frente a tais ponderações e à indiscutível necessidade de, por um lado, manter o distanciamento social e, por outro, manter os vínculos que unem a comunidade universitária, esta comissão indica ainda, além da importância do foco na construção coletiva, a necessidade de considerar casos específicos de modo a que nenhum membro da comunidade acadêmica seja excluído em função da pandemia do novo Coronavírus. Sabemos que diversas instâncias da UFMG têm se dedicado a ampliar as possibilidades de suporte aos membros da comunidade acadêmica na tarefa de manter firme o vínculo com a instituição e enfrentar os desafios desse momento. Coletivamente, faremos essa travessia!

Desejamos saúde a todas as pessoas.

Belo Horizonte, 02 de junho de 2020

COMISSÃO PERMANENTE DE AÇÕES AFIRMATIVAS E INCLUSÃO

## **Reflexões do NAI sobre a acessibilidade e o ensino remoto emergencial para alunos com deficiência da UFMG**

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) tem se preocupado com o momento de retorno às aulas e como será feita essa retomada, principalmente, se neste processo estiverem incluídas aulas em formato de ensino remoto. Temos conhecimento que o ensino remoto tem sido um dos recursos mais utilizados pelas instituições de ensino superior neste momento da pandemia. Contudo, o NAI gostaria de levantar algumas observações para a viabilização das aulas neste formato para que não excluam os alunos com deficiência, como por exemplo, o acesso à internet e as condições necessárias para a acessibilidade.

A pessoa surda não aprende língua portuguesa de modo natural como uma pessoa ouvinte, para ela a língua portuguesa é uma segunda língua. Por outro lado, a língua de sinais é adquirida de maneira natural, sendo por meio dela que os surdos irão compreender os conceitos e conteúdos acadêmicos. Sendo assim, para que os alunos surdos tenham a mesma experiência de aprendizagem que os demais alunos, os conteúdos das videoaulas precisam ser traduzidos e apresentados na janela de Libras.

A UFMG conta com o Moodle como ambiente virtual de aprendizagem e este precisa estar acessível para os alunos surdos, por mais complexo que seja esse processo, para que eles possam de fato ser incluídos.

O ensino remoto pode utilizar materiais como videoaulas, podcast e textos. Para que sejam acessíveis, as vídeoaulas e os podcast, precisam apresentar a janela de Libras e todo material que contém áudio deve ser traduzido. A tradução de uma mídia digital demanda tempo, equipamentos e programas adequados de edição para a inserção da janela de Libras. Para que essa acessibilidade ocorra torna-se necessário também uma equipe qualificada, que deve ser composta por profissionais como professores, intérpretes, cinegrafista e editor. A complexidade do processo, faz com que, muitas vezes, os materiais pedagógicos disponibilizados nas plataformas virtuais de aprendizagem sejam apenas em língua portuguesa, não sendo acessível para as pessoas surdas.

Vale esclarecer que para a preparação de um vídeo com janela de Libras, as etapas a seguir são indispensáveis:

1. Gravação da aula pelo professor;
2. Coleta e organização dos arquivos e edição;
3. Tradução do material pelos intérpretes;
4. Gravação da aula em Libras;
5. Inserção da janela de Libras na edição de maneira sincronizada com o tempo de fala do professor (editor e intérprete);
6. Renderização e Publicação do vídeo.

Dentre os programas e equipamentos exigidos para gravação e edição destacam-se: câmera, computador compatível com os programas necessários para edição de vídeos e o programa de edição de vídeo (normalmente programas pagos). Esse é o processo básico para se fazer um vídeo com janela em Libras, o que pode levar no mínimo 20 dias, caso a videoaula seja curta e menos complexa.

Ressalta-se ainda que, o intérprete não tem domínio de todo e qualquer conteúdo acadêmico, o que pode implicar em uma demanda maior de tempo para pesquisar conteúdos relativos ao tema da videoaula e sinais que devem ser utilizados para a tradução de materiais em mídias digitais.

Com relação aos alunos com deficiência visual, as demandas envolvem a adaptação de material em diferentes formatos, como por exemplo, em Braille, em áudio, alto relevo, fonte ampliada, ou digitalizado para ser lido por leitor de tela. Neste processo, o NAI trabalha em parceria com as bibliotecas universitárias, responsáveis pelo escaneamento do material a ser adaptado.

A complexidade do processo envolvido na adaptação demanda um tempo de processamento e tempo para o material chegar ao aluno, além daquele gasto por ele para leitura e estudo. Envolve ainda as seguintes etapas:

1. Escaneamento do material a ser adaptado, pela biblioteca do curso do aluno.
2. Leitura do documento por meio do software finereader para conversão do texto para o formato Word: quando o texto original é digitalizado pela biblioteca, ele é salvo como imagem ou como PDF que não permitem leitura adequada por ferramentas de leitura de tela usadas por pessoas com deficiência visual, como o NVDA. Por isso é feita essa conversão para viabilizar a adaptação.
3. Formatação do documento por meio do Microsoft Word. O processo de escaneamento e conversão de materiais impressos gera muitos caracteres incorretos, principalmente se o material não for de boa qualidade. Isso exige a formatação do texto digitalizado em Word, para fazer as correções de caracteres necessárias. Além disso, quando o material original contém imagens, são acrescentadas a elas o recurso da audiodescrição. A audiodescrição só pode ser adicionada por meio de editores de texto, como o Word. Assim, não basta somente converter um material para o formato texto. É necessário fazer a audiodescrição de todo o conteúdo imagético para que a pessoa com deficiência visual possa acessar informações e dados trazidos pelas imagens.
4. Após a etapa da formatação, o texto é enviado para a equipe de revisão. Se for necessário corrigir algum erro no material, ele retorna para ajustes na etapa de formatação.
5. Vencidas as etapas de digitalização, formatação e revisão, o material adaptado é encaminhado para o e-mail da biblioteca de origem para ser enviado ao aluno.

Etapas do processo de adaptação de material em alto relevo (para impressora fusora):

1. Escaneamento do material a ser adaptado, pela biblioteca do curso do aluno.
2. Do arquivo em pdf são extraídos as imagens, tabelas, gráficos e partituras que serão redesenhados usando o programa Paint, a fim de adequá-los para a impressão na fusora.
3. Impressão em alto relevo.
4. Preparação da legenda da imagem em Braille, com a supervisão dos revisores. Para esta atividade a legenda da figura que está no texto original é transcrita usando o programa Braille Fácil.
5. Revisão e ajustes da legenda.
6. Impressão da legenda em Braille.
7. Colagem da legenda em Braille abaixo da figura impressa em alto relevo.
8. A seguir, o material em alto relevo é disponibilizado para a Biblioteca de origem para catalogação e empréstimo ao aluno.

Etapas do processo de conversão do material para o Braille:

1. Escaneamento do material a ser adaptado pela biblioteca do curso do aluno.
2. Avaliar todo o texto, mesmo que a transcrição não precise ser feita na íntegra.
3. Indicar a diagramação mais adequada para o texto em Braille considerando o conteúdo do material.
4. Avaliar a possibilidade da representação de mapas, gráficos e tabelas do material a ser transcrito ou se será necessário descrevê-los, como é o caso das partituras.
5. A diagramação/formatação consiste em prever as dimensões e o formato do material a ser impresso, a disposição do texto na página, a localização de títulos, figuras, legendas, etc. A disposição do texto em Braille deve respeitar, sempre que possível, o texto original.
6. A transcrição de textos em Braille, em geral, é feita por meio de softwares específicos (programa Braille Fácil), que fazem a conversão automática da simbologia, a partir do texto que foi preparado para essa etapa.
7. Os textos produzidos em Braille devem ser submetidos, no mínimo, a uma revisão que deve ser realizada pelo profissional revisor de texto em Braille.
8. Após a revisão, se houver a necessidade, o material em Braille terá as devidas correções, sempre com a supervisão dos revisores.
9. Vencidas essas etapas, o texto é encaminhado para impressão em Braille, utilizando o software Braille Fácil.
10. Após ser impresso, o material retorna para a revisão e encadernação.
11. Disponibilizar o material em Braille para a Biblioteca de origem a fim de catalogar e realizar o empréstimo para o aluno no catálogo bibliográfico Pergamum.

Destacamos que o ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle precisa estar totalmente acessível e sem empecilhos para que o aluno deficiente visual possa navegar por todos os conteúdos, assistir as videoaulas, encontrar e baixar os materiais disponibilizados pelos docentes, para que ele possa participar de maneira inclusiva, como os demais estudantes. Essas condições de acessibilidade devem estar contempladas também na construção dos sites, adequando-se a disposição de links e toda a informação contida na página, de maneira que possa ser encontrada e lida com o leitor de telas.

É importante observar também que o uso de computadores e smartphones com leitores de tela, bem como a navegação em páginas e sites no ambiente virtual, feita por pessoas com deficiência visual, requer conhecimento do usuário e condições de acessibilidade adequadas.

Além das especificidades dos deficientes visuais e dos surdos, também devemos levar em consideração as dificuldades de mobilidade e até de dor das pessoas com deficiência física, bem como o ritmo diferenciado de aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual, que necessitam de um tempo maior para adquirir os conhecimentos. Os alunos com transtorno do espectro Autista (TEA) apresentam, em alguns momentos, dificuldades de se expressar e de se fazer compreendidos, e o uso de imagens e recursos visuais podem ajudá-los na compreensão da informação dada.

De forma geral, é fundamental que os procedimentos e recursos de ensino, aprendizagem e avaliação levem em conta o tipo de deficiência, as habilidades e as dificuldades do discente.

Preocupa-nos a possibilidade de retorno às atividades acadêmicas se for adotado a modalidade de ensino remoto, mesmo que seja para complementação de carga horária, pois se faz necessário acatar as recomendações de acessibilidade acima elencadas.

Vale destacar que cerca de 70% dos alunos acompanhados pelo NAI são também

assistidos pela FUMP, o que pode indicar um aprofundamento de suas dificuldades de acesso à internet e à equipamentos necessários para o acesso remoto às aulas e aos materiais acadêmicos.

Por fim, visando ao cumprimento da Legislação, lembramos que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em seu art. 28, prevê que incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas(...)

Belo Horizonte, 03 de junho de 2020.

Profª. Rosana Passos  
Diretora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

Profª. Regina Céli Fonseca Ribeiro  
Diretora Adjunta do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

## **Considerações das Representações Estudantis (DCE, AMMU e MUDI) sobre Retorno de Atividades**

Introdução	32
Panorama geral	32
Ensino Remoto Emergencial, Mercantilização da Educação e Precarização do Ensino	33
Infraestrutura Digital	34
Acesso à Internet	34
Acesso a Equipamentos	34
Ambiente de Estudos	35
Saúde Mental	35
Promoção da Equidade e Direito à Educação: Populações negligenciadas na Universidade.	35
Trânsito na cidade e Isolamento Horizontal.	35
Assistência Estudantil.	36
Realidade dos pós-graduandos durante a pandemia	36
Nossas propostas	36

### **Introdução**

Devido à pandemia da COVID-19 fomos obrigados a suspender atividades acadêmicas. Já se passaram dois meses de isolamento social, e a dinâmica da doença nos mostra que não voltaremos a uma situação de normalidade tão cedo. Isso significa que salas de aula cheias não são uma realidade factível em um futuro próximo.

Sabemos também que atividades remotas, e até mesmo atividades mais estruturadas, na modalidade Educação a Distância (EaD), têm suas limitações e, com efeito, não conseguirão substituir a experiência escolar presencial. Dessa forma, é preciso ter expectativas realistas quanto às diversas saídas existentes, sabendo que precisamos pensar alternativas no atual momento, mas não suprimirão todas as necessidades acadêmicas esperadas e previstas nos currículos.

Tendo em vista essa situação, devemos discutir o que fazer com o calendário acadêmico. Salienta-se que as propostas de enfrentamento que surgirem devem seguir, de maneira geral, princípios de responsabilidade sanitária, em um plano, e de garantia da educação inclusiva e de qualidade do outro.

Como representação estudantil, requisitamos fazer parte das deliberações, pois entendemos que seremos os maiores afetados tanto pela epidemia quanto pelas medidas tomadas daqui para frente. Estamos em uma situação difícil para todos e, por isso, queremos trabalhar por uma saída coletiva que amenizem ao máximo possíveis efeitos negativos no ensino, na pesquisa e na extensão.

### **Panorama geral**

Do ponto de vista epidemiológico pode-se dizer que o retorno de aulas presenciais, no formato anterior à pandemia, não será possível pelo menos até o desenvolvimento de biotecnologias que mudem a trajetória natural da doença. Nessa perspectiva, qualquer decisão deverá tomar como base a realidade dos estudantes, garantindo que nenhum seja prejudicado.

Infelizmente, o governo federal tem aproveitado da crise para aprovar uma série de medidas impopulares que atacam nossos direitos, como o Projeto de Lei (PL) 2.633/2020, conhecido como PL da grilagem, que é um grande ataque às comunidades indígenas e quilombolas, viola leis ambientais e busca legalizar a amplificação do desmatamento.

Com a educação não será diferente. Precisamos priorizar vidas, e não os lucros. Preservar os estudantes, garantir sua permanência e o modelo de educação que acreditamos, público, de qualidade, socialmente referenciado. E as medidas excepcionais para lidar com a crise que envolvem o ensino misto não podem estar a serviço de aumentar ainda mais a desigualdade educacional que já existe.

Nossa preocupação primordial deve ser com a vida e a saúde das pessoas: professores, Técnicos Administrativos em Educação e Estudantes.

## **1. Ensino Remoto Emergencial, Mercantilização da Educação e Precarização do Ensino**

A modalidade de Educação à Distância é indicada pelo Banco Mundial (CASTRO; ARAUJO, 2018) demonstrando um interesse econômico do capital internacional que deseja ampliar seus lucros através da modalidade de ensino.

A (EaD) pode servir como ferramenta para sucatear a educação e a carreira docente, ainda que não seja essa a premissa. Nossa luta passa por não abrir espaço para a expansão da EAD nas universidades públicas. Não é de hoje que os governos buscam diminuir a prevalência da modalidade presencial nas universidades públicas, e desde o governo Temer esse projeto vem avançando a passos largos. É gigante o aumento da modalidade EAD na educação superior no Brasil e no mundo.

A UFMG não dispõe de infraestrutura adequada nem de corpo docente qualificado para o ensino remoto. Além disso, os alunos, em geral, não estão acostumados com essa metodologia. Critérios para implementação das atividades remotas devem ser estabelecidos, bem como ferramentas de observação, fiscalização e avaliação de sua eficácia, sempre visando a garantia da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Não podemos esquecer que nossos professores não têm formação específica para essa modalidade, muitos não têm facilidade em lidar com tecnologias, e não devem ser obrigados a aprender de forma repentina e sem diálogo. A formação continuada dos professores deve sempre ser pensada pela instituição de forma ininterrupta. Além disso, muitos professores não tem ambiente adequado de trabalho em casa, dificultando ainda mais o desenvolvimento do ensino.

Não há coerência em impor que o corpo docente reformule todo o planejamento/cronograma de ensino e de avaliações para uma plataforma online em pouquíssimo tempo, já que a maioria deles não tem facilidade com a plataforma, com a modalidade, etc.

Além disso, o ensino à distância sem formação tem a potencialidade de gerar inúmeros prejuízos para os processos pedagógicos, tendo em vista que o compartilhamento de saberes por meio dos debates em sala de aula e do cotidiano prático das disciplinas são aspectos de extrema importância para a qualidade do ensino.

Muitos cursos tem parte prática em suas disciplinas e esse formato impede que os estudantes aprendam dessa forma.

Defender o Ensino Remoto Emergencial, nesses termos, é defender a precarização da Educação.



## **2. Infraestrutura Digital:**

### **2.1 Acesso à Internet**

Sabemos que hoje grande parte dos estudantes da UFMG ingressaram na universidade através do sistema de cotas -reserva de vagas. Isso significa uma conquista muito importante para a universidade e que o perfil é completamente diferente do que era há alguns anos atrás. Portanto, devemos sempre assumir o compromisso de combate às desigualdades estruturais e históricas e a promoção da equidade e da inclusão. Tomamos como base para nossa tese a pesquisa realizada pela Prograd em 2018 e publicada no site da instituição em janeiro de 2019 sobre a composição do alunado da UFMG. O levantamento indicou, entre outros fatores, que um terço dos alunos têm renda familiar entre dois e cinco salários mínimos e que quase 20% dos estudantes ingressantes à Universidade em 2018 tinham renda familiar entre um e dois salários-mínimos.

Essas porcentagens representam a classe D e E, respectivamente, segundo o IBGE. Soma-se a esse dado o último levantamento da Cetic, órgão que monitora desde 2005 a adoção de tecnologia e uso de internet: 85% da classe D e E tem acesso à internet exclusivamente pelo celular e 40% não possuem acesso à internet em domicílio, ainda que esse acesso tenha crescido nos últimos anos. Assim, fica evidente que o acesso à internet, quando disponível, não é de forma alguma igualitário, há uma desigualdade digital. Fazer download de arquivos de apostila, acessar o conteúdo disponibilizado, ter um sinal minimamente constante para acessar o Moodle seriam problemas recorrentemente enfrentados por esse perfil de aluno que faz parte da nossa Universidade.

Além disso, apenas 67% das residências brasileiras possuem acesso à internet e, dentre elas, encontram-se as que possuem pacote de dados limitado ou baixa velocidade.

Temos muitos estudantes que são camponeses, e a realidade de acesso a uma internet de qualidade fora da capital é ainda mais precária. Sabemos que a UFMG possui hoje muitos estudantes que vem do interior e até mesmo de zonas rurais do país.

Segundo o IBGE (2020), 53% das casas em áreas rurais não têm nenhum acesso à internet. Como vamos garantir que os estudantes, em isolamento social, nas suas casas em diversos lugares do país tenham acesso?

A UFMG não tem conseguido garantir uma internet de qualidade para as Moradias no qual a mesma é responsável. A reclamação de moradores são inúmeras, ao ponto de que a Moradia de Montes Claros se viu obrigada a contratar uma empresa privada para fornecer o serviço que a UFMG não conseguiu oferecer. Em Belo Horizonte o cenário é pior, em que durante uma pandemia e com uma ocupação de 40% de moradores, todos os dias aparecem reclamações a respeito da qualidade do sinal, da dificuldade de conexão, sinal que não chega em alguns apartamentos/quartos. É possível mensurar a adoção do EAD na UFMG, tendo em vista que as Moradias no qual a instituição é responsável possuem um acesso extremamente precário?

### **2.2 Acesso a Equipamentos**

É necessário considerar quais os equipamentos os estudantes possuem: notebook, computador de mesa, tablet, celular etc., se o uso é compartilhado ou não e que realizar tarefas em tablet e especialmente celular é muito precário.

### **3. Ambiente de Estudos**

A casa não é necessariamente um ambiente de estudos. Na normalidade pré-quentena, o uso de tecnologias, modalidades remotas e mesmo EaD eram compreensíveis uma vez que a infraestrutura material da Universidade estava disponível para uso da comunidade. Sair de casa para exercer o estudo ou o trabalho relacionado à educação era uma condição fundamental pré-quentena e se coloca como um fator essencial para pensarmos qualquer ação futura. O que farão as e os estudantes que não tem em casa mesa e cadeira? Os que utilizam espaços comuns para estudos? Os que não têm ambientes silenciosos?.

Um atravessamento crucial é pensar a dinâmica das residências e as desigualdades colocadas. As tarefas domésticas sabidamente são desigualmente alocadas às mulheres, independente da classe social. As estudantes mães e pais, aqueles que são responsáveis pelo cuidado de outra pessoa do núcleo familiar, não podem ser abandonados.

### **4. Saúde Mental**

As instituições são componentes importantes no processo de saúde-adoecimento mental. Considerando que a pandemia, as políticas genocidas e o isolamento social têm sido um importante fator de precarização, propostas que visem a condensação de carga horária são especialmente preocupantes. Os estudantes que estão adoecidos, que perdem seus parentes, que estão vulnerabilizados não podem ser abandonados.

### **5. Promoção da Equidade e Direito à Educação: Populações negligenciadas na Universidade.**

Muito recentemente algumas populações pela primeira vez acessaram a Universidade, a exemplo dos estudantes indígenas e quilombolas e estudantes com deficiência. Até muito recentemente, a UFMG mal sabia quem eram os estudantes quilombolas. As atuais plataformas digitais não garantem acesso de estudantes cegos ou com redução da acuidade visual e a atual infraestrutura é pequena e deficitária para tradução e transcrição de conteúdos. O avanço que tivemos nos últimos anos pode se transformar em grave retrocesso. Compreender a dimensão das ações afirmativas não é pensar na inclusão de minorias ao todo da norma, mas sim a cada nova política pensar a categoria da diferença como imprescindível para que não abandonemos (ou façamos sair) aqueles que lutaram tanto por uma Universidade popular.

### **6. Trânsito na cidade e Isolamento Horizontal.**

Diante das limitações de acesso já colocadas sobre o ambiente de estudos e infraestrutura digital surgem propostas como disponibilizar laboratórios de informática da Universidade ou outros recursos materiais para os estudantes que precisam. Em nível de política pública, é crucial pensar o impacto na rede de transportes que o deslocamento de estudantes ao espaço da Universidade causa. Mas principalmente: não podemos coagir os estudantes a se expor a risco, rompendo com o isolamento social diante da pressão de cumprir atividades remotas. Não podemos acentuar as desigualdades que estão colocadas.

## **7. Assistência Estudantil.**

A pandemia e o isolamento social requerem investimentos excepcionais visando garantir a seguridade social. A situação dos estudantes não é diferente e é necessário que a instituição, mas também o Governo Federal, destinem mais verbas à Assistência Estudantil. O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) segue com 40% de seus recursos condicionados no Congresso Nacional. Sem ampliação dos recursos para assistência ao longo deste ano, a Universidade falhará na proteção social dos estudantes.

Para que seja possível enfrentar essa pandemia é necessário mais que descongestionar os recursos, é ampliar o repasse para garantir uma travessia minimamente saudável para os alunos assistidos. Sabemos que a segurança alimentar diminuiu com o fechamento dos restaurantes universitários, que é necessário refletir sobre como o retorno das bolsas de acesso à informação iria amparar muitos estudantes que eram dependentes dos laboratórios de informática da UFMG.

## **8. Realidade dos pós-graduandos durante a pandemia**

No ensino superior tivemos mudanças significativas e positivas na entrada de discentes nas últimas seleções e muitos dos que cursam a pós-graduação, hoje, são estudantes de baixa renda que também não têm acesso a recursos materiais importantes para participar das atividades remotas.

Os valores das bolsas, que não são reajustados há anos, são insuficientes para a sua própria subsistência, sendo portanto, impensável para alguns alunos adquirir equipamentos e serviços nesse momento.

A maioria dos programas de pós-graduação está seguindo as recomendações da Câmara de Pós-Graduação e da CAPES, e adiando o prazo de qualificações e de defesas de teses e dissertações, mas é importante olhar também para os alunos que irão defender posteriormente e atualmente não têm como realizar suas pesquisas.

Inúmeros discentes estão com dificuldades em dar continuidade às suas pesquisas, seja por questões de recursos materiais; porque algumas exigem deslocamentos a campo, pesquisas laboratoriais; ou pelo fato de que esses estudantes estão cuidando de seus familiares ou de si próprios e preocupados com seu sustento, saúde e bem-estar.

A qualidade das pesquisas que desenvolvemos, que a UFMG desenvolve, depende da possibilidade dos alunos trabalharem com a mesma dedicação de sempre. Lembrando que, com os recentes cortes de bolsas, muitos alunos estão produzindo ciência sem remuneração, o que dificulta ainda mais a sua situação.

## **9. Nossas propostas**

### **9.1. As elaborações para o retorno das atividades precisam ser amplas e democratizadas.**

Os estudantes precisam estar nos NDEs, nos Colegiados, e quaisquer órgãos consultivos que se dediquem a esta temática. A Reitoria precisa elaborar junto aos **3 setores**. O prazo de consulta determinado pelo Ofício Circular N°9/2020/PROGRAD-GAB-UFMG é curto e apressa a discussão. Vários colegiados estão fazendo consultas limitadas e não comparáveis entre si sobre acesso. Se prezamos pela Equidade e Qualidade, o tempo e tranquilidade para o planejamento de uma questão tão séria precisa ser um fator a contar.

**9.2. Flexibilização das Normas Acadêmicas:** Os critérios de tempo máximo de integralização e de jubramento devem ser suspensos indefinidamente, não podendo ser contabilizados nestas regras os períodos nos quais a pandemia ocorre. Outras regras, como as

de trancamento parcial e total devem ser suspensas. Não deve ser instituído um número mínimo de atividades que o estudante deve participar. Os NSG e RSG não devem ser calculados no período da pandemia.

9.3. Realização de **processo de formação pedagógica dos professores** para utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas. Metodologias de ensino e avaliação devem ser amplamente discutidas.

9.4. **Melhorar a infraestrutura digital e uma interface gráfica mais agradável e mais intuitiva dos ambientes virtuais** de aprendizagem e outras tecnologias disponíveis para atendimento do disposto nos currículos de cada curso, **tornando-os mais acessíveis e inclusivos para pessoas com deficiência.**

9.5. **Pensar o TERÇO FINAL dos cursos de outra forma:** considerando que aqueles que estão próximos de formar sentem maior necessidade do retorno das aulas, a oferta de atividades que visem a integralização da carga horária dessas pessoas bem como a flexibilização de critérios de integralização do curso devem ser medidas adotadas por todos os coordenadores de colegiado.

9.6. **Deve ser dada a todo aluno a possibilidade de não frequentar aulas presenciais** sem que isso afete seu tempo de integralização máximo e deve ser concedido um regime acadêmico especial para alunos que testarem positivo ou que sejam do grupo de risco.

9.7. **As atividades acadêmicas e processos avaliativos precisam ser repensados e mediados pela crise em que estamos vivendo.** Existem muitos atravessamentos que os estudantes, assim como o conjunto da população, estão vivendo. Não repensar essas questões impactará diretamente na permanência e na saúde mental dos discentes.

9.8. **Deve ser pensado um regime acadêmico para estudantes do campo de diferentes realidades rurais.** Nossa universidade possui uma quantidade de estudantes que vêm de diferentes realidades rurais. Sabemos que o acesso a internet e conexão ainda é extremamente precarizado no interior do nosso país. Comunidades rurais inteiras muitas vezes possuem apenas um único aparelho para se conectar. Fazer esse levantamento é fundamental. or isso prazos maiores, maior flexibilidade.

9.9. **Que os pedidos de prorrogação de prazo e de bolsa, medidas já regulamentadas pela CAPES, sejam aceitos pelos PPGs.** É imprescindível, nesse contexto, que a luta pela prorrogação das bolsas seja uma prioridade para nós, estudantes, mas também para a Universidade.

## **REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES E LIMITES PARA O RETORNO DAS ATIVIDADES REMOTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO DA UFMG**

Associação das Pós-Graduandas e Pós-Graduandos (APG/UFMG)

Este documento apresenta as principais preocupações, apontamentos e sugestões da APG-UFMG para a retomada das atividades acadêmicas, seja qual for a sua natureza.

A primeira questão que deve ser discutida é a necessidade de retornar às atividades neste momento, uma vez que não há garantia de segurança sanitária para tanto. Os números de óbitos ainda estão em ascensão: somente no dia 04 de junho de 2020 foram registradas 1.473 mortes, recorde de vítimas anotados em um único dia até o momento, totalizando 34.072 mortes no País<sup>7</sup>. Sabemos que as subnotificações, os infectados não reportados e o número de mortes ainda não registradas tornam esses índices ainda maiores.

A partir desse quadro, convém uma avaliação aprofundada sobre o retorno às atividades. Entendemos que é importante, antes de qualquer decisão neste sentido, estabelecer um diálogo amplo, geral e irrestrito com toda a comunidade universitária da UFMG, em todos os níveis e setores, com o intuito de que sejam conhecidas as demandas e as necessidades da comunidade para que um eventual retorno das atividades acadêmicas aconteça de maneira democrática, dialógica e inclusiva, e não impositiva, meritocrática e excludente.

As atividades não presenciais, por sua vez, apresentam algumas barreiras que podem dificultar sua dinâmica de aplicação e que precisam ser consideradas, já que ocorreriam em plataformas digitais, salas de bate-papo virtuais etc. Para isso, deve-se ponderar a formação de professoras(es) e estudantes quanto à utilização das ferramentas de tecnologia digital, como as plataformas de interação virtual, além da adequação de seus espaços domésticos, quando possível, a posse de equipamentos tecnológicos como notebooks, acesso à internet de qualidade, dentre outros.

Paralelamente, mas com interferência significativa nas atividades remotas, temos as diferenças sociais, econômicas, raciais e de gênero, que afetam, de distintas maneiras, tanto professoras(es) e técnicos administrativos (TAEs) quanto alunas(os). Sabemos que as populações mais empobrecidas, as mulheres e os negros têm sofrido de forma mais intensa as consequências dessa pandemia. Seus espaços domiciliares muitas vezes não dispõem de condições básicas para o desenvolvimento das tarefas acadêmicas e as demandas domésticas e familiares sobrecarregam as mulheres. Isso tudo deve ser levado em consideração para o desenvolvimento de tarefas não presenciais, pois, para muitos estudantes, a UFMG é o único espaço disponível para a realização e acesso às atividades acadêmicas. Assim, salientamos aqui a probabilidade de que se avultem desigualdades que já acometem muitos dos discentes da Universidade.

Outra realidade que merece destaque diz respeito às condições subjetivas de desenvolvimento das atividades acadêmicas num momento em que as pessoas estão extremamente preocupadas com seus familiares e consigo mesmas, ocasionando uma série de impactos negativos aos aspectos afetivos e mentais dos estudantes. Isso tem afetado de modo intenso a saúde mental de muitos discentes. Convém ressaltar que o questionário enviado aos estudantes, até então, não apresentou como opção uma alternativa “completamente improdutivo” para estudantes sem qualquer condição de desenvolver atividades acadêmicas no atual momento.

---

<sup>7</sup><https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/05/casos-de-coronavirus-e-numero-demortes-no-brasil-em-5-de-junho.ghtml>

Sabemos que cada programa de pós-graduação possui especificidades que precisam ser observadas, o que impede, muitas vezes, a determinação de regras gerais aos Programas de Pós-Graduação (PPGs). No entanto, preocupam-nos as diversas interpretações adotadas pelos PPGs quanto às medidas emergenciais necessárias nesta crise sanitária e humanitária que vivemos, as quais não necessariamente atendem às demandas apresentadas pelos estudantes.

Somado a isso, observa-se que diversos PPGs não possuem representação discente oficial devido à não formalização dos Diretórios Acadêmicos (DAs) de seus cursos, o que acarreta a falta de direito a voto ou mesmo à convocação para as reuniões de colegiado. Essa situação agrava a condição dos pós-graduandos que, além de não participarem das decisões de seus programas, ou não receberem informações sobre o que está sendo discutido, não conseguem expor suas limitações e dificuldades frente às discussões de coordenação e colegiado.

Assim, a UFMG precisa promover um amplo debate junto à comunidade universitária. Não é razoável ter pressa para o retorno das atividades num momento em que, no Brasil, uma pessoa morre a cada minuto vítima do coronavírus. O prazo para o preenchimento dos questionários precisa ser estendido e devem ser oferecidas outras possibilidades de diálogo com a parcela da comunidade universitária que não possui acesso à internet. Foi providenciado o envio de SMS aos estudantes como forma de mitigação desse problema, no entanto, os alunos precisam da internet para efetivamente responder ao questionário, e sabemos que alguns discentes têm acesso limitado a esse recurso. Tais medidas são necessárias para que a implementação das atividades remotas ocorram num ambiente de diálogo e inclusão, garantindo a qualidade e o acesso ao ensino, o que alçaria a UFMG como modelo de referência para outras universidades brasileiras que também buscam o retorno das atividades acadêmicas de maneira remota.

Nesse sentido, entendemos que as decisões a respeito dos temas tratados nesta carta não podem ser reduzidos às particularidades de cada PPG, principalmente se considerarmos a falta de representação discente e a ausência de diálogo em alguns programas, como mencionado.

A partir do exposto, propomos uma discussão ampliada a respeito de dois temas, quais sejam: 1) as portarias da CAPES que tratam de prorrogação de prazos de defesas e bolsas; 2) a realização de aulas e de outras atividades remotas. Seguem abaixo nossas colocações:

#### 1) Prorrogação de prazos de qualificação, de defesa e de bolsas de pesquisa

Em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19, a CAPES prorrogou os prazos de defesas de teses e dissertações por 60 dias (Portaria 36) e estendeu por até três meses a vigência das bolsas de mestrado e doutorado (Portaria 55). O indicador de tempo de titulação também foi excluído da avaliação dos programas no quadriênio 2017-2020 (portaria 55).

Em virtude do descumprimento das orientações da CAPES por muitos PPGs da UFMG, que continuaram a negar pedidos de prorrogação de prazo, a PRPG publicou o Ofício Circular nº 19, reforçando que estudantes podem fazer uso da prorrogação se assim desejarem. De modo geral, o ofício reafirma seu compromisso com os pósgraduandos, sinalizando que ninguém poderá ser prejudicado neste contexto de pandemia. No entanto, alguns PPGs seguem descumprindo essas orientações, decidindo por não aderir plenamente às medidas de prorrogação de prazos e bolsas, sem qualquer diálogo com os estudantes.

Alguns PPGs, por exemplo, decidiram permitir a prorrogação de defesas apenas para o ano de 2020. A justificativa apresentada tem por base a Portaria 55 da CAPES, que informa que não será avaliado o critério de tempo de titulação na Avaliação Quadrienal 2017-2020. Assim, como o critério voltaria a ser considerado a partir no quadriênio 2021-2024, o PPG

correria riscos de perder bolsas e prejudicar os alunos que estariam em período de coleta de dados no ano de 2020.

Para os pedidos de prorrogação de bolsas, as decisões também divergem. Alguns PPGs afirmam que não adotarão a medida para não prejudicar os ingressantes dos próximos anos. Outros dizem que, ao prorrogar as bolsas, o programa ficaria vulnerável aos cortes do Governo Federal e, portanto, ao repassar as bolsas e estabelecer novos contratos, os novos discentes estariam mais protegidos. Há PPGs que decidiram permitir a prorrogação de bolsas apenas a partir de 2021, pois os discentes que defenderiam em 2020 já estariam na fase da escrita e não teriam justificativa para a extensão do prazo.

Dito isso, observamos que muitos PPGs têm optado pela não prorrogação de prazos de defesa e de bolsas, ou têm novas regras e limitações que prejudicam os pós-graduandos.

Reforçamos que, como já exposto, em muitos programas os representantes discentes não participaram destas decisões. Sem voz e, portanto, sem representatividade, discentes seguem vulneráveis neste contexto de pandemia.

Considerando este quadro, entendemos que é crucial que a PRPG tenha o papel de coordenação dos PPGs e proteja os pós-graduandos neste delicado momento. Como forma de garantir que não haja qualquer prejuízo aos membros do corpo discente dos PPGs, sugerimos que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) determine a prorrogação de prazos e defesas para todos os discentes que assim o solicitem, e faça valer as determinações publicadas pelas agências de fomento à pesquisa.

## 2) Aulas remotas

A Câmara de Graduação reuniu-se no dia 04 de junho e seus integrantes foram unânimes em considerar que a heterogeneidade do corpo discente da UFMG não permite garantir que todos terão acesso frequente e estável aos recursos tecnológicos necessários para o devido acompanhamento das atividades acadêmicas. Os conselheiros da Câmara ressaltaram que é responsabilidade da UFMG a disponibilização de ferramentas que permitam o acompanhamento dos alunos aos conteúdos ofertados, bem como à realização de avaliações.

O que precisa ser considerado é que os alunos que mais necessitam dessas ferramentas e dos espaços da UFMG precisarão permanecer na cidade e no campus e estarão, portanto, em algum momento, aglomerados no campus, nos laboratórios, ou nas bibliotecas. Isso pode aumentar o risco de exposição desses alunos, que já tendem a ser mais prejudicados por desigualdades acentuadas pela pandemia. Soma-se a isso o uso dos transportes públicos, já apontados por pesquisas realizadas na UFMG como os principais focos de contágio do COVID-19, para chegar ao campus.

É necessário pensar na permanência estudantil e nos subsídios que alguns alunos precisarão para permanecer na cidade e no campus, considerando que muitos perderam seus empregos e/ou demais fontes de renda e que o mesmo ocorreu com os membros de suas famílias.

“Uma parcela significativa de nossas e nossos estudantes depende dos espaços acadêmicos da Universidade, que agora se encontram fechados em razão das medidas adotadas para evitar a proliferação do novo coronavírus. Não haveria como assegurar que esses alunos teriam condições adequadas para acessar atividades a distância”, destaca a pró-reitora de graduação Benigna de Oliveira<sup>8</sup>.

A recomendação da Câmara de Graduação foi totalmente acatada pela Reitoria da

---

<sup>8</sup><https://www2.ufmg.br/prograd/prograd/Pro-Reitoria-de-Graduacao/Noticias/UFMG-nao-vai-adotaraulas-a-distancia-durante-periodo-que-vigorarem-medidas-para-a-contencao-do-novo-coronavirus>.

UFMG. A decisão, segundo Benigna de Oliveira, estende a suspensão “às atividades avaliativas presenciais ou à distância e tarefas síncronas das disciplinas dos cursos de graduação”<sup>9</sup>.

Em depoimento ao site da UFMG<sup>10</sup>, a reitora Sandra destacou que o retorno precisa ser feito “com muita responsabilidade, sem prejuízo para os estudantes que têm alguma restrição de acesso a ambientes remotos e ferramentas digitais” e afirmou que haverá diálogo entre as lideranças da universidade, professores, alunos e pesquisadores.

Neste contexto, a Reitoria da UFMG elaborou um questionário direcionado aos estudantes da graduação e pós-graduação que busca levantar dados referentes a disponibilidade de internet e acesso a condições propícias para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, entre outros. O objetivo deste levantamento é ampliar a consulta para assuntos relacionados a treinamento para utilização das ferramentas remotas, além de buscar maior conhecimento para questões de acessibilidade, inclusão e saúde mental.

A Universidade ainda está em processo de planejamento de volta às aulas, o que inclui um diagnóstico das condições dos graduandos e pósgraduandos; a criação de plataformas adequadas para o ensino remoto; a formação dos docentes para essa nova realidade. Entendemos que a pós-graduação não tem condições de seguir um processo diferenciado, principalmente porque a realidade do pós-graduando não é distinta dos estudantes de graduação. Mesmo que alguns PPGs tenham afirmado que seus discentes detêm total acesso aos meios tecnológicos, a maioria não possui acesso amplo. Nesse sentido, solicitamos que as aulas na pós-graduação sigam, em ambos semestres de 2020, o ritmo da graduação, garantindo a isonomia, a inclusão e a qualidade do aprendizado.

### 3) Nossas propostas

A partir dessas considerações, a APG-UFMG apresenta proposições para o planejamento de retorno às atividades da Pós-Graduação da UFMG:

- Que os pedidos de prorrogação de prazo e de bolsa, medidas já regulamentadas pela CAPES, sejam aceitos pelos Programas de Pós-Graduação (PPGs). É imprescindível, nesse contexto, que a luta pela prorrogação das bolsas seja uma prioridade para nós, estudantes, mas também para a Universidade;
- Instituição de Comitês formados pelos membros dos PPGs (TAES, Docentes e Discentes), para que se promova amplo debate sobre limites e possibilidades de retorno às atividades;
- Mapeamento das dificuldades de professoras(es) e estudantes para uso e acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) necessárias;
- Transparência e divulgação dos resultados obtidos pelos questionários colhidos pela UFMG, via portal;
- Esclarecimento acerca de contato alternativo aos alunos que não responderam ao questionário enviado por e-mail e ampliação do prazo de preenchimento;
- Instrumentalização de professoras(es) e estudantes para acesso e uso das TICs;
- Novos prazos para defesas de dissertações e teses;
- Garantia de não-reprovação por falta nesse período;

---

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/sandra-goulart-retomada-deve-garantir-qualidade-de-ensino-e-inclusao-social>



- Pleno direito à solicitação de prorrogação dos prazos de extensão de bolsas e
- integralização dos créditos;
- Acompanhamento técnico, pedagógico e psicológico a professoras(es) e
- estudantes nesse período;
- Criação de espaços de acolhimento e tratamento de denúncias contra diferentes
- formas de abusos (moral, sexual etc.) sofridos por professoras(es) e estudantes
- nesse período, com acompanhamento especial a estudantes oriundos de cotas;
- Ampliação dos canais de diálogo entre a Associação dos Pós-Graduandos (APG) e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG).